



PLANO DIRETOR

4º RELATÓRIO MONITORAMENTO

ANO BASE: 2020

O Plano Diretor do Município de Praia Grande foi aprovado por meio da Lei Complementar nº 727 de 16 de dezembro de 2016, para vigência de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2026.

O documento possui diretrizes para todas as áreas de atuação da Administração Municipal, sempre voltadas ao desenvolvimento da cidade. Todas as secretarias municipais foram consultadas e colaboraram com informações sobre as diretrizes atendidas no ano de 2020.

O resultado dessa consulta gerou o quarto relatório de monitoramento do Plano Diretor de Praia Grande.

Vale ressaltar que em 2020 o mundo foi atingido pela pandemia do COVID-19, causando impactos no desenvolvimento das ações programadas, principalmente aquelas presenciais.

O Município de Praia Grande atuou, ao longo do ano, desenvolvendo protocolos de acordo com os setores da sociedade, com ações de comunicação, conscientização e fiscalização para a assistência da população e o manutenção das empresas, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores informais, micro e pequenos empreendedores, tendo como prioridade o resguardo da saúde da população, sendo referência em prevenção, monitoramento e tratamento de COVID-19.

O documento é apresentado a seguir.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Visando desenvolver e consolidar a articulação técnica e política com os Municípios vizinhos, o Prefeito do Município de Praia Grande participou das reuniões do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (CONDESB), juntamente com os demais prefeitos da Região, secretários de Estado e convidados para assuntos específicos.

A atuação conjunta dos Municípios por meio do CONDESB foi fundamental para o apoio ao combate da pandemia, onde foram deliberados procedimentos conjuntos para região no que diz respeito à aquisição de insumos, restrições para



funcionamento de estabelecimentos como comércios, serviços e de educação, mapeamento e estruturação da demanda regional para estrutura hospitalar, etc.

Ainda no contexto metropolitano, representantes da Administração Municipal continuaram participando ativamente das diversas Câmaras Temáticas, discutindo questões de desenvolvimento metropolitano e fortalecendo as relações institucionais com os demais Municípios da região. Neste sentido, o Município atuou na indicação e organização das Câmaras Temáticas, sendo elas: Mobilidade e Logística, Meio Ambiente e Saneamento, Defesa Civil, Habitação, Direitos Humanos, Educação, Esportes, Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Segurança, Agropecuária, Pesca e Economia Solidária, Tecnologia da Informação e Comunicação, Equalização das Leis Municipais com Caráter Metropolitano, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Cultura e Câmara Temática de Turismo.

Mais além, também foram desenvolvidas ações junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS), com a participação do Prefeito como Titular na Câmara Técnica de Planejamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH).

Ao longo do ano, o Município promoveu parcerias com o setor privado como forma de viabilizar e estimular o desenvolvimento de projetos de interesse econômico, destacando o estímulo à implantação do Complexo Empresarial Andaraguá, empreendimento da iniciativa privada, que se encontra em fase de licença para construção. O empreendimento consiste na construção de um aeródromo e de um condomínio que abrigará aproximadamente duzentas empresas. Tal parceria enseja a implementação do complexo no Município, associado à implantação de Entrepósito Aduaneiro, com aproveitamento de transporte intermodal, existente ou a ser construído, como fatores potencializadores das condições locais estratégicas do Município.

Buscando a capacitação para os jovens, a qualificação da mão de obra residente e a ampliação do acesso às oportunidades de emprego e renda, o Município tem investido em qualificação profissional, intensificando a luta por mais cursos técnicos e profissionalizantes, procurando oportunizar mais munícipes na disputa do mercado de trabalho, além de identificar as atividades informais dando apoio para sua oficialização. A pandemia afetou a agenda destas ações e programas, onde foram inviabilizados cursos e turmas presenciais. Em 2020 foram previstos 05 cursos presenciais de qualificação para o início de março, que não puderam ser realizados.

Em busca da promoção e da capacitação profissional para os jovens, bem como sua inserção no mercado de trabalho, deu-se continuidade ao Programa Time do Emprego – renomeado para “Trabalho em Equipe” -, promovido pela Subsecretaria



de Assuntos da Juventude (Subjuve) e realizado em parceria com o Centro de Aprendizagem Metódica e Prática de Praia Grande (Camp-PG).

O Trabalho em Equipe é um programa de orientação profissional e de carreira, que tem como objetivo auxiliar na inserção ou retorno ao mercado de trabalho. A metodologia consiste na formação de grupos de desempregados e jovens (a partir de 16 anos) em busca do primeiro emprego, para troca de experiências, criando um clima de solidariedade e apoio mútuo. Eles se reúnem uma ou duas vezes por semana, durante três horas.

Quem participa do programa forma um "time" para troca de experiências e procura conjunta por emprego ou ocupação. Durante 10 encontros, são passadas orientações sobre elaboração de currículo e preparação para entrevista de emprego. Os participantes também são incentivados a conhecerem a si mesmos, suas habilidades e competências e, a partir daí, estabelecerem metas de trabalho e de vida, para que tenham sucesso e uma colocação no mercado de trabalho. A atividade se encontrou pausada em 2020.

Através do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), o Município captou junto às empresas 750 vagas de trabalho e cadastrou 1.950 trabalhadores. Foram emitidas 58 Carteiras de Artesão e concedidos 4.958 benefícios Seguro Desemprego aos trabalhadores dispensados de seus ofícios. O número de atendimento dos serviços prestados pelo (PAT) teve uma diminuição devido a pandemia.

Dado o contexto, os cursos de qualificação e cursos que visam à geração de renda, ambos realizados nos Programas de Integração e Cidadania (PIC) e Centros de Apoio a Família do Educando (CAFE) serão retomados em 2021.

O Município tem como objetivo continuar ampliando o número de cursos através de parcerias com o Governo do Estado, Comissão Municipal de Emprego (CME) e Secretaria de Assuntos Institucionais (SEAI), para qualificar o trabalhador a atender as demandas da realidade do mercado local, identificando a ausência de profissionais para os setores produtivos do comércio e serviços. Foi alterada mediante Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018 (que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado pelo decreto nº 746.403, de 8 de outubro de 1975), a Comissão Municipal de Emprego, que passou a ser Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, por meio da Lei nº 1.997 de 9 de setembro de 2020.

Devido a pandemia, foi suspenso pela Comissão Estadual de Emprego do Estado (CEE/ SP) o Plano de Trabalho elaborado pela Comissão Municipal de Emprego 2020/2021, que reivindica a realização de cursos de qualificação e/ou requalificação para o atendimento da ausência de profissionais de determinadas áreas.



O Conselho Municipal de Emprego ficou composto pelo poder público municipal (Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria Assistência Social e Secretaria de Planejamento), pela bancada dos Trabalhadores (Sindicato dos Servidores de Praia Grande, Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora – Intersindical e pelo Sindicato dos trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos e Litoral Norte e Sul – SintraSaúde) e pelos empregadores (Associação Comercial e Empresarial de Praia Grande – ACE, Câmara de Dirigentes Lojistas de Praia Grande – CDL e Sindicato Condomínios Prediais Litoral Paulista – SICON). Além do Plano de Trabalho, o CME desempenha também outras ações, como reuniões mensais itinerantes e palestras, além de realizar o acompanhamento do PAT e do Banco do Povo.

A continuidade da Coleta Seletiva, e as duas associações atuantes fizeram com que o Município continuasse atuando no acompanhamento permanente e no auxílio da gestão desses 100 cooperados, além de outros associados, objetivando o crescimento na geração de renda e na independência desses associados, e ainda, com a perspectiva de criação de outras entidades para esse fim, aumentando o desenvolvimento econômico nesse segmento.

No intuito de disciplinar o comércio ambulante local, tornou-se obrigatório, através da Lei Complementar nº 779 de 05 de julho de 2018, a realização anual de curso de capacitação e qualificação para os ambulantes, promovendo uma grade ampla para que possam se especializar nas diversas áreas do empreendedorismo. O curso foi pausado em 2020, porém o Município tomou medidas para a retomada gradual dos mesmos de acordo com as possibilidades impostas pelas restrições.

Para apoiar o fomento das atividades de ambulantes e artesãos, por meio da Lei Complementar nº 864 de 16 de dezembro de 2020, aqueles que se encontravam quites para com o Município receberam a renovação automática de suas licenças para o ano de 2021. Mais além, com a Lei Complementar nº 863 de 16 de dezembro de 2020, regulamentada pelo Decreto nº 7.164 de 28 de dezembro de 2020, foram criadas 400 licenças temporárias para atuação nas praias e 600 licenças temporárias para atuação na cidade para munícipes que estivessem ou cadastrados em programa social municipal ou tenham recebido algum acompanhamento do serviço social municipal durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), ou filhos matriculados na rede pública municipal ou cadastrados no Estratégia Saúde da Família (ESF).

Para apoiar pequenos e microempreendedores, a municipalidade mantém convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que presta serviços de orientação e acompanhamento das empresas instaladas na cidade, e realiza um trabalho com a sala municipal do empreendedor. Por meio desta parceria são ofertados cursos de atualização a pequenos e microempreendedores



para evitar que encerrem suas atividades, além do apoio a empreendedores individuais, inclusive com cursos de educação financeira.

Através de eventos, o Espaço do Empreendedor promove a interação e troca de experiências entre os empreendedores locais a fim de que busquem mais conhecimento e os melhores caminhos para obterem sucesso em seus negócios. Ao longo do ano, foram realizados 5.467 atendimentos e 727 formalizações de Microempreendedor Individual (MEI), além do oferecimento de 58 atividades, entre cursos, palestras e oficinas de qualificação para o empreendedor, resultando em 527 pessoas capacitadas.

Como programa de microcrédito visando incentivar a formação e manutenção de microempresas, microempreendedores individuais e pessoas físicas, o Município mantém em convênio com o Governo do Estado o programa Banco do Povo, que fornece o microcrédito a juros a partir de 0,35% ao mês. Em 2020, foram realizados 03 contratos com pessoas físicas e 51 com empresas, totalizando 54 contratos, no valor R\$ 560.378,00.

Visando a simplificação das obrigações administrativas e tributárias para as microempresas, cooperativas e empresas de pequeno porte, o Município mantém vigente a Lei Complementar nº 609 de 9 de dezembro de 2011, que institui a Lei Geral Municipal do Microempreendedor Individual, da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (EPP) da Estância Balneária de Praia Grande e dá outras providências. Esta Lei Complementar regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, assegurado ao Microempreendedor Individual (MEI), às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Mantém também a Lei Complementar nº 710 de 11 de novembro de 2015, que estabelece os procedimentos para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas no módulo de licenciamento integrado denominado “Via Rápida Empresa – VRE”, que instituiu prazo para apresentação de documentos e liberação da inscrição municipal.

O Município, por meio da Secretaria de Administração (SEAD), deu continuidade ao novo processo de licitação em modalidade concorrência dos quiosques da orla, com o objetivo de modernizar e tornar o local mais atrativo para a população e para os turistas, realizando a abertura dos editais de licitação. Se trata de uma concessão onerosa de uso de bens públicos, destinados à exploração econômica, exclusivamente ao uso gastronômico, na orla marítima sob regime de arrendamento.

Cada quiosque para exploração comercial ocupará uma área total de 541m², sendo a área construída de 214m², a faixa de exploração na areia de 270,90m² e as rampas de acesso à praia de 56,80m². Estes módulos contarão com banheiros públicos, com



permissão de exploração econômica. A cessão de direito real de uso de bem público será de 20 anos, prorrogáveis por igual período.

O projeto a tem por objetivo modernizar e tornar os locais ainda mais atrativos aos clientes, o que certamente incrementará a atividade econômica do Município. Ainda em 2020, no fim do ano, 02 quiosques já estavam prontos e em funcionamento, com o uso específico para a gastronomia de alta qualidade, oferecendo a população atrativo único.

TURISMO

A palavra “retomada” tem muito a dizer em relação ao ano de 2020, onde a prioridade foi o enfrentamento ao COVID-19, por meio de protocolos sanitários que priorizaram a manutenção da vida a partir do distanciamento social entre outras orientações.

As parcerias realizadas foram em torno da confecção de máscaras e recebimento de cestas básicas, diante do cenário que impedia a realização de eventos entre outras ações que incentivasse a população a sair de casa. Ainda assim, a partir de telefonemas e ações à distância foi atualizada a plataforma de inventário turístico, diretamente ligado ao ranqueamento estadual enquanto manutenção do título de estância.

A distribuição destas cestas e máscaras, direcionadas aos que perderam seus empregos ou ficaram impedidos de trabalhar diante da necessidade de se evitar aglomerações e consequente disseminação do vírus, ainda é uma realidade.

Ainda assim, cientes da importância de promover o segmento turístico, houve participação presencial no evento híbrido: Expo Fórum Visit SP com estande compartilhado fornecido pelo estado e apresentação virtual do destino turístico realizada por servidora lotada na pasta de turismo de Praia Grande, como iniciativa de retomada a eventos presenciais de fomento e incremento ao turismo enquanto divulgação do destino turístico no mercado nacional e consequente destaque internacional, no intuito de incorporar novos negócios e atores.

É inegável que a pandemia refletiu nas condições de competitividade do Município na absorção de empreendimentos turísticos de âmbito regional, em consonância com as diretrizes metropolitanas e de forma integrada com os programas de turismo metropolitanos em esfera mundial e não apenas municipal.

Foram, no ano de 2020, iniciados estudos para disponibilizar a sociedade cursos, palestras, oficinas online em plataforma municipal, além da divulgação dos programas já existentes ofertados pelos Governos Federal e Estadual, visando organizar e fomentar as iniciativas de diversificação, especialização e qualificação das atividades



voltadas ao turismo e ao lazer, e formação da mão de obra local, visando à intensificação e constância da atividade turística no Município para o período pós pandemia.

Houve, com as devidas cautelas sanitárias, estímulo e fomento na produção de artesanato, dirigidos ao mercado turístico local, visando à retomada do emprego, com a volta progressiva das Feiras de Artesanato fixas e itinerantes.

A Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR) busca fontes de recurso e financiamento alternativas para implementação das ações, projetos e programas turísticos e de lazer do Município, desta maneira, havia pleitos aguardando liberação da verba que fora contingenciada para uso emergencial.

As ações virtuais foram mantidas, um exemplo é a conscientização ao CADASTUR, que encontra-se disponível no portal praiagrande.sp.gov.br com um botão para acesso ao site do cadastro do Governo Federal, como fonte de informações e estímulo a adesão das pessoas físicas e jurídicas que atuam no segmento turístico do Município.

A ETEC (Ensino Técnico – Centro Paula Souza) de Praia Grande, atualmente, oferece o curso de guia de turismo a distância, atuando como polo presencial de ensino profissionalizante voltado à formação de mão de obra para prestação de serviços de apoio ao turismo.

É contínuo o incentivo da SECTUR no quesito a formação, treinamento, e atualização dos recursos humanos disponibilizados pela administração pública municipal e demais esferas governamentais.

Enquanto promoção diversificada de cultura, esporte e lazer, a proposta é manter a parceria com a Secretaria de Esportes e Lazer (SEEL) nas arenas de verão, essencial para retorno das atividades da estação.

Para promover a diversificação dos segmentos turísticos, através do desenvolvimento do ecoturismo, turismo voltado à terceira idade, turismo acessível, esportivo, de aventura, de eventos e negócios, cultural, gastronômico e religioso a secretaria está se debruçando em projetos para análise da viabilidade e relevância na implantação no Município, bem como pleito de financiamentos.

Em 2020 foi iniciado processo licitatório para contratação dos serviços de confecção de placas de sinalização, processo este que houve impedimentos legais inclusive por motivos da pandemia. A sinalização interna do Complexo Cultural Palácio das Artes foi iniciada incluindo informações em libras. A ação será estendida a outros próprios.

A parceria com o Núcleo Itutinga Pilões (Guariúma) para que se realize programas



educativos e de turismo ecológico é meta da Secretaria de Cultura e Turismo. A gestão é compartilhada junto à coordenadoria de meio ambiente situada na Área de Lazer Ezio Dal'ACqua.

Está em estudo a orientação e incentivo do desenvolvimento de programas a serem desenvolvidos nos diferentes locais de interesse turístico e cultural do Município contemplando atividades condizentes com sua classificação, seja através de parcerias junto às colônias de férias, voluntariado com a terceira idade entre outras propostas.

O Plano Municipal de Turismo, Lei nº 1.892 de 20 de abril de 2018, serve de orientação e referência para os assuntos correlatos, e nele estão estabelecidas as diretrizes específicas e as metas da ação municipal de curto, médio e longo prazos, observadas as políticas e diretrizes de caráter geral, estabelecidas nos artigos 12, 16 e 17 de Plano Diretor Municipal.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Além de diretrizes gerais estruturantes, o título Desenvolvimento Social contém diretrizes específicas para os capítulos Educação, Saúde, Habitação, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer e Segurança Pública, conforme segue:

EDUCAÇÃO

A priorização dos investimentos destinados à formação integral da criança e do adolescente, visando garantir o desenvolvimento social e a cidadania, bem como as condições de competitividade da comunidade local no mercado regional e do Município na atração de investimentos que exijam a disponibilidade de mão de obra qualificada é realizada, principalmente, a partir da manutenção dos mecanismos de monitoramento das ações previstas nas peças orçamentárias do Município: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O repasse de recursos às Associações de Pais e Mestres possibilita a participação das mesmas no controle e execução das despesas com a manutenção das escolas da rede municipal de ensino.

Das diretrizes do Plano Diretor, para implementar a política educacional quanto à oferta, está prevista a ampliação, revitalização e construção de escolas de educação infantil, já estando atendida a demanda de 50% dos alunos de 0 a 5 anos, além de universalizar o ensino fundamental e complementá-lo com o contraturno escolar, ofertado em algumas escolas municipais. Para tanto, está em andamento a busca por espaços para disponibilizar a implantação de oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar. Também se encontra em andamento a ampliação do quadro de assistentes técnicos pedagógicos, de modo que tenha um profissional por unidade educacional.



Outro objetivo é garantir o acesso e permanência de todas as crianças na escola, em especial as dos bairros que demonstrem necessidade de projetos específicos ou beneficiários de programas de transferência de renda. Também está em pauta, implementar, em caráter complementar, um programa de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade.

Entre as ações consideradas atendidas, destaca-se a correção da defasagem idade-série do ensino escolar, reposicionando o aluno no ciclo escolar compatível com a idade, através de aulas de reforço no turno complementar e reclassificação, além de políticas de prevenção à evasão escolar.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA), está em andamento a articulação de políticas de educação como proteção contra o desemprego e de incentivo à geração de empregos, assim como a diminuição da evasão escolar. Entre as ações, está o estabelecimento de programas visando atender em 60% jovens e adultos até o final da década, e a realização de levantamento e avaliação anual das experiências em alfabetização de jovens e adultos, constituindo referência para os agentes integrados ao esforço nacional de erradicação do analfabetismo.

Quanto ao ensino profissionalizante, é contínua a busca por ampliação de parcerias entre os sistemas federal, estadual e municipal e entidades não governamentais, como por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), para implantar a oferta de educação profissional.

Já em relação ao ensino superior, Praia Grande busca a articulação entre entes federativos para a promoção de implantação de universidades públicas e a manutenção de faculdades de tecnologia, além de estimular instituições privadas de ensino superior a instalarem campus no Município com oferta de novos cursos, a exemplo da Lei Complementar nº 79 de 23 de junho de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 746 de 17 de agosto de 2017, referente à concessão de isenção de tributos municipais para entidades de ensino superior.

As principais ações em andamento a respeito da educação ambiental buscam promovê-la junto ao ensino municipal, estadual e particular em todos os níveis de ensino, bem como impulsionar a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente através dos projetos: “Cidadão Legal”, “Vêm Passarinho” e “Praia Grande Natural”.

Para atendimento à educação especial numa perspectiva inclusiva, a Secretaria de Educação (SEDUC) promove ações de natureza contínua, como a capacitação da equipe escolar quanto ao conhecimento das pessoas com deficiência e suas necessidades. Também visa manter e garantir a qualidade do atendimento aos alunos



com deficiência na educação infantil, fundamental e educação de jovens e adultos, bem como a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

A respeito do aprimoramento do ensino, considera-se atendida a articulação com as Secretarias de Esporte e Lazer e Cultura e Turismo, de ações no sentido de proporcionar a continuidade dos programas correlatos aos alunos. Destaca-se ainda a intensificação da participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre escolas e famílias.

Visando ao desenvolvimento social, à garantia da transversalidade das diversas políticas, inclusive às destinadas aos jovens, o #JuventudePG, continua sendo realizado pela Subsecretaria de Assuntos da Juventude (Subjuve), tendo suas ações canceladas devido à pandemia.

Intermediado pela Subsecretaria de Assuntos da Juventude (Subjuve) em parceria com as demais pastas municipais, do Estado e de entidades do terceiro setor, o programa foi reformulado e dividido em duas etapas. Uma delas, apresentada aos estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e privadas as políticas públicas existentes no Município. Neste caso, os alunos recebem oficinas educativas sobre temas como: meio ambiente, segurança, esporte e lazer, assistência social, cultura e turismo, empregabilidade e empreendedorismo, serviço militar, defesa civil, educação ambiental, prevenção às drogas e conselho tutelar. Já a segunda etapa consiste em reunir os alunos para uma imersão sobre as políticas públicas aplicadas no Município.

Dado o contexto, foi necessário o cancelamento de outras atividades e programas presenciais que são exemplo da promoção de políticas públicas de juventude no Município e seu papel transversal e intersetorial, dentre eles a Mostra de Dança Urbana, Escola do Trabalho, FERA – Festivais de Esportes Radicais, Feira do Estudante e Semana da Juventude.

A Subsecretaria de Juventude seguiu realizando trabalhos no sentido de planejar atividades e programas que se tornem permanentes dentro da administração pública, com aprimoramento anual dos serviços prestados.

Desta forma, foi desenvolvida a pesquisa online Jovem x Pandemia, utilizando a plataforma digital “survio.com” e como ferramenta de disseminação o WhatsApp, de modo a retratar pela pesquisa como a reação da juventude praia-grandense com a pandemia do coronavírus. Foram atingidas 2007 respostas de jovens de toda a cidade, com faixa etária de 14 a 29 anos.



Também foi realizada a iniciativa Crescer com Proteção, que buscou aperfeiçoar as políticas públicas, engajar adolescentes, fortalecer gestores e sensibilizar os cidadãos não somente de Praia Grande, mas também das cidades de Cananéia, Ilha Comprida, Iguape, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá e São Vicente.

Em 2020 foram registrados 55.395 alunos matriculados na rede municipal de ensino, incluídos nesta soma educação infantil, fundamental, educação especial e EJA, dos quais 2.912 alunos participam também do programa de Complementação Educacional.

Quanto à infraestrutura, o Município conta com 78 unidades escolares, estando em andamento estudos de viabilidade para a construção ou disponibilização de espaços para a implantação de novas salas de leitura e a promoção progressiva da melhoria da infraestrutura e dos ambientes de aprendizagem, inclusive para alunos com deficiência em todas as escolas. Aliás, neste ano foram concluídas outras melhorias nos equipamentos públicos educacionais, como: adequação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) em 41 unidades escolares; revitalização de quadras poliesportivas de 07 unidades de educação infantil, 10 unidades de educação fundamental e 02 unidades de educação especial; execução de obras de ampliação de 01 unidade de educação infantil; adequação de edificação para implantação de 01 unidade de educação infantil; obras de adequação das unidades escolares para obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) em 42 unidades de educação infantil, fundamental, complementação e educação especial; e execução de obras de revitalização de cobertura em 02 unidades de educação infantil.

Em relação à gestão do ensino público municipal, a ação que se destaca é o fortalecimento dos conselhos escolares ou outras formas de participação da comunidade escolar e local no aperfeiçoamento do funcionamento e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos das instituições de educação, assim como o incentivo a participação da comunidade nos conselhos escolares.

O Plano Municipal de Educação está em vigência, com sua revisão bienal finalizada.

SAÚDE

O ano de 2020, em atenção aos ditames da respectiva Programação Anual de Saúde (PAS), oportunamente aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde (COMUSA) através da Resolução COMUSA-PG nº 26/2019, de 28 de agosto de 2019, cumpriu os propósitos do ciclo quadrienal vinculado ao Plano Municipal de Saúde (PMS) 2018/2021, aprovado através da Resolução COMUSA-PG nº 045/2017.

Conforme destacado na PAS 2020, após dois anos de projetos, licitações e



operacionalização de equipamentos e estruturas previamente construídas – por uma fase de implementação de grandes obras e realinhamento de projetos – conquista-se a ampliação de 88% para 95% da Cobertura de Atenção Básica (137,60%, maior da Baixada Santista pelos parâmetros 2018 do TABNET/SES/SP para uma realidade de 85,55% no Departamento Regional de Saúde IV – Baixada Santista).

O PAS 2020 redesenhou uma nova fase de expansão dos serviços de saúde, com o início das obras de uma nova Unidade Básica de Saúde no bairro Jardim Princesa, expansão das unidades do Forte e Vila Sônia e o início dos projetos de construção de duas novas unidades nos bairros Guilhermina e Aviação.

A exemplo da Atenção Básica, o PAS 2020 encerrou ações nos segmentos de atenção ambulatorial especializada e componente hospitalar a conclusão do centro de especialidades médicas e médico-cirúrgicas, o novo centro oftalmológico, a operacionalização ampliada do terceiro turno da alta complexidade em nefrologia e a abertura dos novos leitos do Complexo Hospitalar Irmã Dulce e a deflagração das ações de enfrentamento de pandemia de importância internacional por COVID-19, a qual implicou, na criação de ambiente institucional adequado através do Decreto Municipal nº 6.922, de 16 de março de 2020, mobilizando a Atenção Básica através do Plano de Contingência, Ações de Educação Permanente em Saúde e manual de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19) na Atenção Primária à Saúde municipal, instituindo um Comitê Técnico Multiprofissional e Intersetorial que buscasse as melhores evidências científicas para uma ação baseada em evidências; na minimização da contaminação cruzada dentro do PS Quietude através de estrutura externa anexa com suporte diagnóstico e leitos para operacionalizar a estratificação de risco dos pacientes e a distribuição de leitos, conforme o Protocolo e fluxo Regulatório municipal (Tenda Quietude); na criação de um Boletim público diário junto ao endereço eletrônico da municipalidade, de sorte a garantir informações educacionais e acompanhar a evolução da pandemia na sua população, na inauguração de sofisticada estrutura chamada “Acolhe PG”, na central telefônica com troncos 162 e (13) 3496-2281, para monitoramento de pacientes com COVID-19, conferindo conforto e coordenação do cuidado à população assistida, na garantia da aquisição de exames diagnósticos (moleculares, como o RT-PCR e imunológicos, como as sorologias), bem como de medicamentos, insumos e materiais de proteção individual e coletiva; na construção de 188 leitos clínicos montados em dois Hospitais de Campanha COVID-19 (100 leitos no Ginásio Falcão e 88 leitos no Ginásio Rodrigo) e (10) operacionalizando 40 leitos de média complexidade e construindo 30 novos leitos de UTI Adulto COVID-19 no Complexo Hospitalar Irmã Dulce, para atendimento de pacientes graves com comorbidades e pacientes críticos, que – somados aos leitos de UTI COVID-19 da saúde suplementar (Hospital Casa de Saúde, Unidade Praia Grande) e os leitos de média complexidade e UTI infantil do



convênio municipal com o Estado de São Paulo – compuseram a pactuação Interfederativa de 233 leitos de média complexidade e 56 leitos de UTI para enfrentamento da pandemia no Município e região junto a Ata da Comissão Intergestores Regional, de 26/03/2020 e a Deliberação CIB nº 29, de 24/04/2020 (Nº 80 DOE – 25/04/20 – seção 1 – p.15), oportunamente cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde.

Assim, em consonância com os anseios da sociedade praia-grandense compilados, na forma de ampla participação social, pelas 3ª Audiência Pública de Saúde, de 01 de março de 2016 e 9ª Conferência Municipal de Saúde, de 27 de maio de 2017, que resultaram direta e respectivamente no Plano Diretor 2017/2026 (Lei Complementar nº 727 de 16 de dezembro de 2016) e no já mencionado Plano Municipal de Saúde 2018/2021, este terceiro ano foi palco das ações de operacionalização dos projetos elaborados em 2018, concluindo-se importantes conquistas no setor de especialidades médicas, nas diversas Redes de Atenção à Saúde, bem como as conquistas e projetos elaborados no setor de urgência e emergência e atenção hospitalar.

Em 2020, segundo dados do IBGE, o Município expandiu sua população para 330.845 habitantes. A qualidade de vida alcançada na última década proporcionou rápido processo de aumento da expectativa de vida e crescimento da população idosa. O Município assistiu a 4.370 nascidos vivos para uma mortalidade aproximada de 2.886 óbitos.

Acompanhando o crescimento populacional, a infraestrutura de Saúde do Município ampliou-se, totalizando 62 equipamentos públicos municipais de saúde, posta a inauguração do novo Centro de Especialidades Médicas, Centro de Atendimento Oftalmológico e inauguração de duas novas Unidades de Saúde da Família, contando com 106 equipes do Programa Saúde da Família (86 qualificadas com financiamento do Ministério da Saúde) distribuídas em 30 Unidades Básicas de Saúde, 9 Academias de Saúde, 9 unidades do SAMU, 3 unidades de Pronto Atendimento, 4 Centros de Atenção Psicossocial, além das diversas estruturas do Complexo Hospitalar Irmã Dulce e demais unidades de atendimento especializado.

A cobertura de Saúde Suplementar do Município apresentou-se estável em 2020, mas com queda de cobertura posto o volume de novos migrantes sem convênio médico, contando com 99.619 beneficiários (Fonte: ANS – dezembro/2020). Assim, o Sistema Público de Saúde ainda é o grande garantidor do acesso às ações de saúde no Município, respondendo por mais de 80% do número de horas de prestação de serviços dos profissionais de saúde. Todavia, na última década, o Município assistiu a uma grande expansão da oferta de serviços da saúde suplementar, inclusive com o início de três projetos de construção de hospitais particulares, o que inaugurou no



Município a participação da saúde suplementar no componente hospitalar e a viabilização de credenciamento de serviços especializados de forma a ampliar a oferta destes serviços para o SUS.

No que tange a estrutura da rede pública municipal, afinada com os princípios organizacionais do SUS e a conquista de 100% de Cobertura de Atenção Básica, pautou-se por uma agenda de promoção e prevenção em saúde, adotando, nas Unidades de Rede Básica, o modelo de acesso avançado, de forma a garantir também acesso às demandas agudas e aos diversos segmentos de usuários, particularmente no atendimento das síndromes gripais agudas no enfrentamento da pandemia por COVID-19, sem prejuízo das diversas demais consultas multiprofissionais, com atendimentos médicos e ofertando procedimentos.

A rede municipal realizou uma série de trabalhos visando à prevenção de doenças, destacando-se o enfrentamento no número de casos de dengue, febre do Chikungunya e Zica em 2020, e as ações administrativas necessárias no sentido de preparar o Município para o processo de vacinação para COVID-19 a ser iniciado em 2021.

Os leitos hospitalares municipais de média complexidade acolheram 7.832 internações, sendo 2.502 internações obstétricas (32%), 987 pediátricas (13%), 2.785 internações em Clínica Médica (36%) e 1.175 cirúrgicas (15%) e 1.773 procedimentos cirúrgicos eletivos. Destas internações, aproximadamente 9,29% eram em condições sensíveis à Atenção Básica.

Quanto ao monitoramento de doenças, proporcionado por meio de exames e políticas públicas de rastreamento, foram executados 1.904.961 procedimentos diagnósticos, tais como exames laboratoriais, biópsias, exames citopatológicos e imunohistoquímicos, 120.292 radiografias (8.879 mamografias), 49.759 procedimentos ultrassonográficos e 17.216 tomografias computadorizadas, entre outros.

O Município exerceu um papel de protagonismo no enfrentamento de pandemia por COVID-19 em âmbito regional, abrindo dois Hospitais de Campanha, em um total de 233 leitos de média complexidade e 60 leitos de UTI para tal finalidade, acolhendo pacientes graves e críticos de toda a região, cumprindo relevante papel no atendimento regional de urgência e emergência na condição de porta de entrada do SAMU Litoral Sul.

HABITAÇÃO

Com a finalidade de cumprir com os objetivos da política habitacional do Município, que busca principalmente assegurar a função social da cidade, o direito à moradia



digna, legal e com adequada habitabilidade, foram promovidas diversas ações no tocante a política habitacional.

No ano de 2020, a Secretaria de Habitação (SEHAB) acompanhou e fiscalizou, no âmbito de suas competências, a edificação de 6 Conjuntos Habitacionais em construção no Município através do Programa "Minha Casa Minha Vida", para disponibilização à população que se encontra em estado de vulnerabilidade social, um total de 588 unidades habitacionais. Ainda no campo da construção de conjuntos habitacionais.

Foram entregues à população, 152 unidades habitacionais no Residencial Vitória, empreendimento este viabilizado através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no bairro Vila Sônia.

A Secretaria de Habitação pleiteou junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no sentido de que providências fossem tomadas em relação às 134 unidades habitacionais com suas obras paralisadas devido a empresa responsável não ter atendido as Cláusulas Contratuais dispostas no instrumento firmado junto ao Fundo de Arrendamento Residencial.

Além disso, a Secretaria acompanhou as obras de implantação de 62 unidades habitacionais no Bairro Tupiry, sendo estas edificadas com recurso próprio.

Foram concluídas as obras para adequação de esgotamento sanitário para atendimento de 24 famílias no Residencial DER.

No que se diz respeito à recuperação de unidades habitacionais, a secretaria providenciou a reforma de 15 unidades, as quais foram destinadas a famílias integrantes do cadastro habitacional.

Devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, as ações de Regularização Fundiária foram prejudicadas e, portanto, o planejamento que existia para 2020 foi postergado para 2021.

Ainda assim foram realizados 3.603 atendimentos presenciais e atendimentos telefônicos, para informações sobre núcleos a regularizar, cadastros, assinatura de títulos.

Referente ao Plantão Social, de janeiro a março, foram registrados 1.936 atendimentos presenciais. Com o início das restrições impostas pela pandemia de COVID-19 foram realizados, de abril até dezembro de 2020, 5.638 atendimentos presenciais e por telefone.

Os atendimentos ocorrem tanto com concessionários (renegociação, inclusão,



orientação, encaminhamentos a outros serviços, etc.), quanto a orientações a munícipes (cadastro, agendamentos, encaminhamentos a outras secretarias, encaminhamentos para setores da Sehab, denúncias, reclamações, etc.).

Em relação aos projetos habitacionais desenvolvidos no ano de 2020, relacionados ao Programa Minha Casa Minha Vida, foram registrados:

- Reuniões, sendo 19 eventos juntos a CEF, 16 eventos junto aos moradores selecionados para os programas;
- Atendimentos em aplicativo de mensagens: 2.400 atendimentos;
- Visitas monitoradas: 02 eventos (242 atendimentos);
- Evento escolha de unidades habitacionais: 02 eventos (242 atendimentos);
- Assinatura de contrato: 01 evento (152 atendimentos);
- Entrega de chaves: 01 evento (152 atendimentos);
- Plantão social nos conjuntos: 28 eventos (84 atendimentos individuais).

Além disso, foram atendidas 102 famílias no programa bolsa moradia.

O Plano Municipal de Habitação vigente está em processo de revisão, para adequação das novas legislações federais e a dinâmica atual do Município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tendo como foco a garantia de direitos sociais, a Assistência Social cresce e se desenvolve no Município a partir das demandas apresentadas. O investimento no período se deu na estruturação e qualificação do Sistema Único da Assistência Social, com a manutenção e ampliação dos serviços, programas e projetos existentes.

Em 2020, a rede socioassistencial contava com 42 equipamentos administrados com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e recursos próprios municipais. A mesma era composta por 6 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 1 Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), 9 Espaços Conviver, 6 Centros Dia da Pessoa Idosa e 1 Centro Dia da Pessoa com Deficiência (PCD), 1 Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro POP), 7 Instituições de Acolhimento, sendo 5 de crianças e adolescentes, 1 de população em situação de rua, 1 abrigo de população idosa, 1 de Pessoas com Deficiência (PCD), além de 1 Abrigo Solidário com acolhimento na modalidade Casa de Passagem para a população em situação de rua, em parceria com uma Organização da Sociedade Civil (OSC) e 2 Conselhos Tutelares. O Município investe ainda no Programa de Integração e Cidadania (PIC) e no Centro de Apoio à Família do Educando (CAFE), em parceria com o Fundo Social de Solidariedade, que contam com 7 unidades distribuídas no território.



No ano, foi implantada a Instituição de Acolhimento para Pessoas com Deficiência (Residência Inclusiva), localizada no bairro Aviação, além de uma unidade exclusiva para o Centro Pop, no bairro Quietude, em local de fácil acesso. Foi inaugurado também um espaço físico para abrigar o Conselho Tutelar Sul, situado no bairro Melvi, e mais uma unidade do Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), no bairro Nova Mirim devido ao aumento significativo de famílias referenciadas no CRAS Quietude e a necessidade de implantação de um novo CRAS no território, que foi redistribuído entre os dois equipamentos. O número de famílias referenciadas nas Seis unidades de CRAS, em 2020, foi de 50.679.

Todo o trabalho desenvolvido tem como alicerce o trabalho em rede com os outros serviços e as outras políticas públicas, com foco nas discussões sobre as potencialidades, vulnerabilidades e fluxos da rede dos territórios e discussões de casos. O CRAS desenvolve o serviço de acompanhamento a famílias, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Renda Cidadã, Viva Leite, Ação Jovem e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV - Criança e Adolescente e SCFV Idoso). O CREAS desenvolve serviço de acompanhamento especializado a famílias em vulnerabilidade por violência intrafamiliar e outras, adolescentes com medida socioeducativa e suas famílias e Abordagem Social-criança e adolescente. Os Espaços Conviver oferecem o Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Prevenção ao Isolamento e Risco social, através de atividades esportivas, culturais e de lazer. Os Centros Dia da Pessoa Idosa e PCD ofertam os serviços de Proteção Especial para Pessoas Idosas, são carinhosamente chamados de creche do idoso por oferecerem atenção integral no mesmo formato das creches para crianças. O atendimento à população em situação de rua e Abordagem Social-adulto são realizados no Centro POP. A Instituição de Acolhimento atende com medida protetiva integral. O programa PIC e CAFE proporciona cursos de qualificação, cursos para a geração de renda, além de atividades esportivas e culturais. Todavia, no ano de 2020, estes cursos e atividades não foram executados em função da Pandemia COVID-19.

As ações resultaram, no ano de 2020, em um total de 8.780 famílias atendidas nas unidades de serviço da Proteção Social Básica, 3.743 famílias atendidas nas unidades de serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade, 375 usuários da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e 4.102 pessoas atendidas nos PICs e CAFEs, considerando usuários matriculados nos meses de janeiro, fevereiro e primeira quinzena de março, já que, após este período, os serviços foram suspensos em função da pandemia. Importante destacar que no mesmo ano o Município contava com 19.518 famílias inscritas no CADÚNICO do Governo Federal.

Ressalta-se que, com o advento da pandemia COVID-19, houve alteração na oferta de atendimento na rede socioassistencial, com a suspensão dos serviços de



atividades coletivas como: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), Conviver Idoso, Centros-Dia Idoso e Pessoa com Deficiência (PCD) e Medidas Socioeducativas. Além de mudanças no sistema de atendimento dos demais serviços, sendo elas: Atendimento remoto, agendamento, ou atendimento emergencial nos CRAS e CREAS e atendimento diferenciado no Centro POP, evitando aglomerações e alta circulação de pessoas.

Ainda como medida emergencial, os CRAS foram descentralizados em 14 núcleos de apoio, propiciando atendimento à demanda que aumentou substancialmente. Houve distribuição de auxílio-alimentação e máscaras de tecido para as famílias em vulnerabilidade social em decorrência da pandemia após avaliação técnica das equipes.

Em razão da pandemia, também foi ampliado o atendimento do Abrigo Solidário, para pessoas em situação de rua em trânsito, que aumentou de 60 para 72 vagas. Para os usuários que manifestassem interesse em retornar à família, foram proporcionados recâmbios.

A divulgação do trabalho é ação que assegura o direito do cidadão à informação e propicia o seu acesso, neste sentido todo o trabalho é amplamente divulgado nas mídias sociais e presencialmente nos equipamentos.

O planejamento, atualização e avaliação das ações aqui descritas, fazem parte do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) vigente, estão sistematizadas no PMAS WEB do governo do Estado e são acompanhadas e apreciadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

CULTURA

O Município objetiva por meio da Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR), programas específicos voltados ao público infantil, juvenil e adulto, tendo o Complexo Cultural Palácio das Artes (PDA) um lugar de fomento e democratização da Cultura. Visa estimular manifestações culturais e valorizar o legado cultural, reconhecendo e promovendo potencialidades, enquanto complemento a educação formal e base para a cidadania e o desenvolvimento social.

O Palácio das Artes conta com os Teatros Municipais (Serafim Gonzalez e Teatro de Bolso Leni Morato), o Museu da Cidade, a Galeria Nilton Zanotti, o Salão Nobre, o Hall das Artes e o Núcleo de Criação Artístico. Estes equipamentos recebem espetáculos infantis e adultos, palestras, formaturas, festivais e mostras, concertos, feiras, apresentações artísticas das diversas secretarias, filmes e bailes.

Devido à pandemia do novo coronavírus, em meados de março, todos os



equipamentos referentes à cultura foram fechados, seguindo as orientações de autoridades dos governos Federal, Estadual e Municipal, medidas adotadas em combate à pandemia. Com as atividades suspensas, algumas atividades do Palácio das Artes foram adaptadas e aconteceram de forma remota (online).

O Museu da Cidade é um Museu Histórico. Inaugurado em 11/09/2008, foi criado com o objetivo de documentar, preservar e divulgar a História de Praia Grande, nas diferentes etapas de sua evolução urbanística, econômica, política e social. A trajetória do Museu como instituição começa com a implementação do Centro de Documentação em 2001.

A sociedade ao tomar conhecimento do trabalho realizado no Centro de Documentação apostou nesse setor e iniciaram-se as primeiras doações de documentos (escritos, fotografias, entre outros) de particulares para serem incorporados ao acervo Municipal, hoje com mais de 40 mil documentos sobre a Cidade de Praia Grande, além de espaço expográfico de 250m², reserva técnica, salas e equipamentos para conservação e restauro, sala de pesquisa e uma equipe de profissionais capacitados para o desenvolvimento da instituição.

O espaço expositivo contém seis mesas com vidros que medem 2m x 1,44m. As mesas estão distribuídas no centro dos 250m² do museu com a exposição rotativa.

Também é desenvolvida no museu a ação educativa do Museu da Cidade, que tem a finalidade de transmitir aos visitantes de uma maneira prazerosa, lúdica e divertida a rica história da Cidade de Praia Grande. A Equipe do Museu da Cidade desenvolve atividades que estimulam o público a querer conhecer mais a história da cidade.

São promovidas visitas orientadas, tematizadas, dinâmicas e interativas para públicos escolares e demais visitantes do Museu, com horários específicos para visitas agendadas.

O Museu da Cidade contou com 02 exposições ao público, de janeiro a março de 2020, com assinaturas de 257 pessoas. As exposições realizadas foram: Bastidores no Museu e Patrimônio da Cidade sob Olhar Artístico.

Na Galeria Nilton Zanotti foram realizadas as seguintes exposições: 26º Salão de Artes Plásticas Praia Grande, com 541 visitantes.

O Teatro Municipal e o Salão Nobre receberam um público de 4.221 pessoas, com peças teatrais, formaturas, palestras, reuniões, etc.

O Núcleo Artístico Palácio das Artes tem por objetivo desenvolver programas específicos de Arte voltados às crianças, jovens, adultos e idosos e completou 6 anos



em 2020. Os participantes que mais se destacam pelo desenvolvimento podem constituir, se desejarem, dos Grupos de Excelência, a saber: Camerata de Violões de Praia Grande; Coro Cênico Talvoz; MPBossa; Cia de Teatro Insuporsanos; Cia de Criação Teatral Palácio das Artes; e Corpo Híbrido - performance.

Até meados de março de 2020, foram realizadas as seguintes apresentações: Praia Grande é Aqui, no aniversário da Cidade, com público de 700 pessoas; O Dinheiro do Tio, em Governador Valadares, público de 100 pessoas; Inscrições para o musical Paixão de Cristo 2020, que foi suspenso devido à pandemia; Recital Piano das Artes, com público de 150 pessoas; Tá Tudo Remendado, com público de 141 pessoas.

Com a suspensão das atividades, o Núcleo utilizou o Facebook para criar uma extensão virtual para aulas, o grupo Núcleo Artístico Virtual, privado e direcionado especificamente aos alunos do Núcleo, com o total de 600 membros e 51 postagens no ano.

Foram realizados os seguintes eventos online: O Dinheiro do Tio, com 4,3 mil visualizações; Reportagem para o canal Santa Cecília e Balanço Geral (Record); I Festival Monólogo Online.

Assim, cumprindo com a Agenda Cultural de compromissos, visando o fomento cultural, foram realizados ainda em 2020: Criação de arranjos para as músicas “Boas Festas” no Bandolim e “Adeus Ano Velho, Feliz Ano Novo” no Cavaquinho. Gravação da música “Natal Branco”, juntamente com o Coral Virtual das Vozes da Praia e o Maestro Bebeto Neves; Interpretação “A Esperança Renasce e a Arte nos Une”; Atividade teatral “Natal de Todos os Tempos”.

Responsável por diversas ações realizadas no Município, a Divisão de Artes Visuais teve suas exposições e eventos previstos em 2020 reagendados para 2021, sendo mantidas apenas as aulas de Performance e Artes Visuais, que aconteceram de maneira online. A resposta para esse novo método foi rápida e significativa, pois os alunos responderam com ações criativas, interativas e facilmente todos se adaptaram e substituíram os encontros físicos pelos virtuais. As propostas foram mantidas de acordo com o planejamento atual. Os docentes participaram das reuniões online do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e atuaram na coordenação dos artistas que disputaram uma vaga no Revelando São Paulo. Nesse processo foram selecionados: A Dança Cigana e as Cirandeiros. As ações com Autorretrato foram mantidas e houve uma participação ativa na montagem dos palcos para as lives oferecidas ao público pelo Complexo Cultural Palácio das Artes.

Ao longo do ano também foram realizados outros atendimentos e parcerias, como por



exemplo, a parceria com a POIESIS - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (Organização Social de Cultura), que ofereceu cursos gratuitos aos munícipes, e os Grupos de Excelência que participaram de diversos eventos dentro do Palácio das Artes, além de outros, para os quais foram convidados em várias cidades, sempre representando a SECTUR de forma positiva.

Quanto aos processos em andamento, destacam-se o Calçadão das Artes; Artista de Rua e Feira Literária de Praia Grande (Flit), bem como previsão de criação de um programa de estímulo aos artistas da Cidade, todos com provável aprovação no próximo ano. Durante a pandemia foi realizado o Plano de Ação na execução dos processos da Lei Aldir Blanc, bem como: Cadastro de Artista no Município; Prêmio de Ação Cultural dos Segmentos: Dança; Música; Literatura, Livro e Leitura; Teatro e Circo; Cultura Étnica e Popular; Artes Visuais; Artes com Acessibilidade; Manifestação LGBTQIA+ e Artes Urbanas.

Desta forma, a Secretaria de Cultura e Turismo segue estimulando as manifestações culturais e o legado transmitido e recebido, em mão dupla, pela sociedade praia-grandense, protegendo as expressões materiais e imateriais, reconhecendo e promovendo talentos, e na busca incessante da consolidação ao direito e a democratização da Cultura da cidade.

Há previsão de elaboração de políticas públicas de incentivo à cultura a partir da implantação do Plano Municipal de Cultura e Conselho Municipal, atualmente em desenvolvimento.

ESPORTE E LAZER

O Município, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL), atendeu 9.255 pessoas entre crianças, adultos e idosos, através de iniciação esportiva, turmas de treinamento e/ou equipes de competição e SuperEscola - que passou a ser responsabilidade da SEEL no ano de 2019.

As atividades desenvolvidas foram: atletismo, atletismo para pessoas com deficiência, basquete, basquete 3x3, beach soccer, bocha, canoagem, capoeira, futsal, futebol, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, hidroginástica, judô, karatê, levantamento de peso, malha, natação, natação para pessoas com deficiência, surf, taekwondo, tênis, tênis de mesa, vela, voleibol, vôlei de praia, xadrez.

Devido à pandemia, as aulas ficaram suspensas a partir da segunda quinzena de março até o final de maio, quando foram retomadas online, de maneira adaptada, por meio de vídeoaulas, reuniões online, etc.



O Município participou e organizou eventos esportivos realizados com organização direta da Secretaria de Esporte e Lazer que atenderam crianças, adultos e idosos, - inclusive online-, tais como: Torneio Online de Ginástica Artística, Torneio Online de Xadrez e Damas, Torneio Online de Taekwondo, III Caminhada dos Emancipadores (5.000 participantes de todas as faixas etárias).

Através da Secretaria de Esporte e Lazer foram oferecidas 88 bolsas de estudo de 100% a atletas que representaram a cidade em diversas modalidades e obtiveram resultados expressivos.

A SEEL também fomentou o esporte através de diversas ações esportivas como amistosos, festivais, intercâmbios, projeto Estrelas do Esporte, além de aulas, treinos, reuniões, palestras, clínicas online com seus técnicos e atletas para que durante a pandemia as equipes pudessem continuar os treinamentos e não perdessem a continuidade do trabalho já realizado.

Em relação ao desenvolvimento de programas específicos visando a ampliação do atendimento e a integração das políticas públicas, o Município promoveu a continuidade do Programa Praia Acessível, que ocorreu durante o ano aos sábados, domingos e feriados e na alta temporada de terça a domingo, sempre das 9 às 17 horas, na praia do Bairro Guilhermina (Avenida Presidente Castelo Branco esquina com a Rua Leblon, em frente ao número 1.898) em dias de sol e chuva fraca. Também disponibilizada cadeiras para atendimento na praia do Bairro Flórida em parceria com a sociedade amigos de bairro.

Essa iniciativa oferece às pessoas com deficiência equipamentos – cadeiras anfíbias e esteiras adaptadas – para auxiliá-las na praia e no banho de mar com segurança. No local, há rampa de acesso à praia, facilitando assim o acesso à faixa de areia. As cadeiras são feitas com um tipo de pneu especial, que permite superar a dificuldade de locomoção na areia, e também não afundam na água. Em 2020, foram realizados 30 atendimentos.

Quanto à infraestrutura, além da manutenção rotineira dos próprios municipais, como por exemplo as melhorias realizadas na piscina municipal, ocorreu o aprimoramento da Pista Municipal de Atletismo, juntamente com a implantação das novas quadras de malha e bocha no Parque da Cidade, no bairro Sítio do Campo. Mais além, ocorreu a inauguração da Área de Lazer do Campo 13, no mesmo bairro, com área totalizando 11.600 metros, contando com um playground, uma pista de cooper com 400 metros, espaços multiuso com mesas e banquinhos, sinalização tátil e equipamentos voltados à acessibilidade em todo o local e entorno.

O Município contou ainda com a inauguração virtual da Escola de Esportes na Praia



“Alex Orelhinha”, no bairro Canto do Forte (calçadão da orla). Com uma temática praiana, o local conta com salas para áreas administrativas, armários, banheiros e vestiários adaptados (femininos e masculinos), com chuveiros e sanitários acessíveis, além de áreas específicas para guardar adequadamente as pranchas utilizadas nas aulas.

Durante o ano também ocorreu a implantação dos Espaços Kids ao longo da orla, com temáticas alusivas ao imaginário infantil e a história do bairro em que se encontram.

O Plano Municipal de Esporte e Lazer, que tem a função de orientação e referência para os assuntos correlatos, e onde estão estabelecidas as diretrizes específicas e as metas da ação municipal de curto, médio e longo prazo, encontra-se em andamento, estando, em decorrência do tempo transcorrido e de alterações necessárias, em fase de revisão de dados.

SEGURANÇA PÚBLICA

As diretrizes para a segurança pública previstas pelo Plano Diretor têm como objetivos principais a ampliação e manutenção do efetivo da Guarda Civil Municipal, a realização de ações visando à preservação das áreas protegidas através do Grupo de Fiscalização Ambiental e do Grupamento de Guarda Costeira, a promoção de medidas urbanísticas e de infraestrutura e a implementação de ações de inteligência e de aproximação da população visando aumento da segurança no Município.

A Administração Municipal consolida a integração do sistema de segurança, somando ao acervo do policiamento virtual, em 2020, o montante de 2.843 câmeras, entre as quais, denota-se: 2.544 câmeras fixas, 135 câmeras domes e 164 câmeras com tecnologia OCR, já instaladas em vias públicas e próprios municipais.

Além disso, também garantiu ao parque tecnológico da cidade, em parceria com o Ministério da Justiça, o Sistema CórTEX, responsável por fazer cruzamento de dados e compartilhá-los com o Centro Integrado de Comando e Operações Especiais (CICOE) através das câmeras de OCR (reconhecimento ótico de caracteres). Tal recurso contribuiu para otimizar as informações e qualificar a precisão dos dados nas operações de busca e recuperação de veículos roubados, por exemplo. Tal parceria firmada entre a Gestão Municipal e o Ministério da Justiça, frisa a preocupação e o investimento em tecnologia voltada à área de Segurança Pública e reforça a importância do policiamento virtual no contexto da segurança, além de ser uma referência em todo Estado de São Paulo.

Tais investimentos colaboram de forma significativa com os bons resultados obtidos pela Segurança Pública em 2020, cooperando com o prestativo serviço das polícias



Civil e Militar e da Guarda Civil Municipal na diminuição dos indicadores criminais de forma inteligente e contínua, como mostram os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no comparativo entre os anos de 2019 e 2020, onde houve queda acentuada nas ocorrências de furto de veículos (-25,53%); roubo de cargas (-39,22%) e roubo de veículos (-55,59%), além de expressiva diminuição nos demais dados, como homicídios (-16%); roubos (-15,32%) e furtos (-7,90%).

Com o advento da pandemia abrindo o ano de 2020 no Brasil e acometendo um grande número de pessoas, foi necessário replanejar as ações, sobretudo, conjuntas que envolvem diretamente a sanidade e a incolumidade pública.

Neste ponto, ressalta-se o importante papel da Secretaria Municipal de Segurança Pública, em apoio às demais secretarias e instituições, entre elas, a Secretaria de Saúde Pública, no intuito de minimizar os efeitos devastadores da pandemia, jamais vistos na Idade Contemporânea com tamanha voracidade. Por esta razão, a Secretaria de Segurança Pública, atuando através da Guarda Civil Municipal, realizou entre janeiro e dezembro de 2020, um total de 5.551 ações preventivas no intuito de reter, ou, retardar o avanço do coronavírus em Praia Grande e 1.347 forças-tarefa que envolviam, entre outras coisas, o controle do cumprimento dos decretos municipais relativos à pandemia.

Além disso, a Secretaria Municipal de Segurança Pública contabilizou em 2020, um total de 5.080 Boletins de Ocorrências da Guarda Civil Municipal (BOGCM), onde constam 453 prisões, 16 apreensões de armamentos; apreensão de 59,9 quilos de drogas ilícitas e 147 veículos recuperados.

Atribui-se ao êxito, o investimento em capacitação, aprimoramento e qualificação dos integrantes da Guarda Civil Municipal que, por meio de treinamento constante, têm buscado oferecer uma prestação de serviço de melhor qualidade à população, como se observa na multiplicação do número de guardas habilitados a operar os drones da corporação, que tem atendido, desde demandas com fins específicos de fiscalização, a orientação de pessoas que estejam descumprindo decreto municipal de enfrentamento da pandemia, se aglomerando em locais públicos da cidade, ignorando questões sanitárias de importante relevância para Saúde Pública.

A corporação possui 5 drones, dos quais, 4 guardas do grupamento Ambiental estão aptos para pilotar. Em 2020, mais 4 GCMs passaram pelo curso de capacitação e foram habilitados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para desempenhar a função. Além disso, foi instituída a Instrução Permanente do Comando (IPC). O material foi elaborado pelo Setor de Ensino da GCM, com temas relacionados a Direitos Humanos e cidadania, Direito Constitucional, Direito Penal, Intolerância Religiosa, entre outros. A instrução é aplicada aos Guardas Civis Municipais ao início



de cada turno de trabalho, com o objetivo de orientar e atualizar os integrantes da corporação durante a rotina operacional e administrativa. Sobre este trabalho, iniciado no mês de maio de 2020, consta registro de 25 realizações de IPCs até o término do ano. Ainda sobre o eficiente trabalho realizado pelo Setor de Ensino no período de 2020, constam, estágio de qualificação na modalidade ensino a distância (EAD), com a participação de 404 GCMs; 33 participações de cursos externos; 16 participações de cursos específicos e 483 participações de cursos internos. Entre os cursos que foram ofertados pelo Setor de Ensino estão: Abuso de Autoridade; Treinamento Prático de Direção Categoria D - Ônibus; Curso de Retenção e Contra Retenção de Armas de Fogo; Técnica de Procedimento Operacional - T.P.O. Manuseio Carabina CTT (Proc. 19.603/2020); Habilitação de Carabina CTT; Treinamento TPO de Condução e Abordagem com uso da Carabina CT. 40 (proc. 19.420/2020); Instrução para Operação do Sistema CICOE; Patrulhamento Tático - ROMU; Patrulhamento Tático Avançado - ROMU; Patrulhamento Tático em áreas de risco - BOPE; Direção Tática Policial - ROMU; Táticas Urbanas; Formação de Pilotos RPA (Proc. 10.908/2020); Curso de Inteligência Cibernética: Produção de conhecimento com segurança; Redação Oficial; Operador de Carabina CTT; Moto Tática Avançado; Treinamento Aplicativo de Celular Atendimento / Despacho; CQB – Combate em Ambientes Confinados.

Para apoiar a ação do Estado no Município, os esforços da gestão, no sentido de disponibilizar áreas adequadas para as instalações físicas correspondentes às instituições de Segurança Estadual, resultaram, em 2020, na entrega do novo prédio da 3ª Companhia da Polícia Militar, uma estrutura moderna, que dispõe de salas administrativas, alojamentos, refeitório e uma oficina para pequenos reparos das viaturas. O Batalhão 45º BPMI, contará com 112 viaturas e 385 policiais militares, o que reforça o efetivo fixo da polícia militar na cidade.

A Administração também entregou 30 novas viaturas de grande porte que integraram a frota da Guarda Civil Municipal, além de armamento, equipamentos e acessórios. A nova frota é composta por 20 Jeeps Renegade, utilizados, principalmente, pelo Patrulhamento Comunitário Integrado (PCI), e 06 Trailblazer, destinados aos destacamentos especializados, como Romu (Rondas Ostensivas Municipais) e Canil. Há ainda 04 pick-ups L200, sendo 03 destinadas ao grupamento Ambiental e 1 para a Defesa Civil.

Com os investimentos, a Guarda Civil Municipal passou a contar com instalações específicas, sediada na rua Guimarães Rosa, no bairro Ocian, entregue em 10 de dezembro com o objetivo de concentrar os grupamentos ROMO (Ronda Motorizada) e ROMU (Rondas Ostensivas Municipais), suas viaturas e equipamentos, como também, a Corregedoria e o Setor de Ensino, nas salas administrativas criadas no



local para a corporação.

Além disso, foi possível realizar a edificação e entrega da nova Delegacia da Mulher, obra que foi executada com recursos da municipalidade e terá papel determinante na melhora da qualidade dos serviços de segurança prestados no Município, frisando a preocupação específica da gestão municipal com a humanização do atendimento prestado, sobretudo, às vítimas de violência doméstica. A justificativa está no valor inestimável da pessoa humana e na preocupação em atender as demandas, sobretudo, relacionadas a pessoa do sexo feminino, pois a delegacia será responsável pelo atendimento especializado a esta parcela da população, onde crianças e adolescentes que passaram por violência física, moral ou ainda sexual receberão o devido atendimento. Registro de ocorrências, investigação, apuração de crimes, medidas preventivas ligadas à Lei Maria da Penha e encaminhamento para laudos no Instituto Médico Legal estão entre as atribuições dos profissionais que atuarão no local, aumentando, de modo geral, a qualidade na prestação dos serviços relacionados à Segurança Pública.

Outro tópico sobre a segurança está relacionado aos impactos de vizinhança advindos da implantação de empreendimentos que refletem diretamente na segurança patrimonial e pessoal do entorno, onde o poder público deverá garantir o cumprimento das medidas mitigadoras. A Secretaria de Assuntos de Segurança Pública tem participação ativa na Comissão de Avaliação de Impacto de Vizinhança no sentido de reunir todas as informações necessárias visando assegurar uma proposta mitigadora que tenha como premissa garantir a qualidade de vida das pessoas que vivem no entorno desses empreendimentos.

O Plano Municipal de Segurança Pública, aprovado e publicado através do decreto nº 6.997 de 07 de julho de 2020, consubstanciado à Lei Complementar nº 727 de 16 de dezembro de 2016, consolida as determinações da Lei Federal nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, enaltecendo a importância da adoção de políticas públicas de segurança que resulte na redução dos índices relativos a violência; na integração estratégica das polícias Civil e Militar com a Guarda Civil Municipal quanto às atividades relacionadas à segurança; na garantia do bem-social; na aproximação entre as instituições de segurança e a comunidade local; na segurança para evolução social e desenvolvimento das atividades turísticas, econômicas e financeiras, essenciais para o crescimento econômico da cidade; entre outras peculiaridades relativas à Segurança Pública que sejam de interesse da população praia-grandense.

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL



Entre as ações exercidas pelo Município na busca pela melhoria da gestão ambiental da cidade está o atendimento das demandas e diretrizes do Programa Município Verde e Azul (PMVA), do Governo do Estado de São Paulo, que possui como propósito medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos Municípios, estimulando e auxiliando na elaboração e execução de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável. O Município de Praia Grande participa deste programa desde 2009.

Em resposta ao empenho das secretarias municipais no ano anterior e ampliação do desenvolvimento de ações ambientais que são tratadas de forma transversal, para o ano de 2020 o Município continuou com a Certificação no Programa Município Verde Azul, atingindo 84,63 pontos, ficando em 66º no Ranking das Cidades do Estado de São Paulo e em 4º lugar entre os municípios participantes da Baixada Santista.

Outras ações que promovem o aperfeiçoamento da gestão ambiental são as reuniões mensais do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), um órgão autônomo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em todo o território de Praia Grande.

O Município manteve em 2020 as ações oriundas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSL), promovido pela Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado, onde foi dada sequência a implantação e desenvolvendo do Plano de Monitoramento Ambiental e Fiscalização Integrada de Ocupações Irregulares, colocado em prática pela Guarda Ambiental Municipal que realiza vistorias conjuntas com a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, além da Seção de Contenção de Invasão da Secretaria de Urbanismo. Coordenada pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) foi criada a Comissão Especial para Proteção das Áreas de Preservação e Garantia da Qualidade de Vida da População, com a participação de diversas secretarias municipais.

O Programa Esgoto Certo, em parceria com a SABESP, criado em 2002, teve continuidade ao longo de todo ano de 2020.

Também foi permanente ao longo de 2020 o trabalho de fiscalização dos Resíduos da Construção Civil (RCC) com a ajuda da ferramenta do Sistema E-RCC e das câmeras de monitoramento ao vivo, dando assim, mais agilidade e exatidão a fiscalização do RCC.

No âmbito da educação ambiental, em 11 de março de 2020, foi realizada a palestra referente ao Programa de Coleta Seletiva nas repartições públicas para os funcionários da empresa terceirizada Litoral, que realiza a limpeza e a coleta dos



resíduos das lixeiras menores e os destinam aos contentores para serem encaminhados à Coleta Seletiva. Os funcionários presentes ficaram responsáveis de disseminar o conteúdo aprendido aos demais colegas de trabalho.

Cabe ressaltar que diante do enfrentamento ao COVID-19, as atividades para o ano de 2020 foram temporariamente suspensas por força do Decreto Municipal nº 6.922 de 16 de março de 2020, que “Declara situação de emergência no Município de Praia Grande e define medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19)” de 16 de março de 2020. Bem como Decreto do Estado de São Paulo nº 64.881 de 22 de março de 2020 que “Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (novo coronavírus), e dá providências complementares”.

No ano de 2020 foram colocadas em prática as obrigações contidas na Lei Municipal nº 1.875 de 14 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a arborização urbana. Foi autorizado o corte de 618 árvores isoladas, com a compensação ambiental de 8.570 mudas doadas ao Município, além de doação de materiais e equipamentos para andamento das atividades de fiscalização e educação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente. Também foram realizadas as reuniões relativas à Lei Municipal nº 1.867 de 7 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente. No tocante a Lei Complementar nº 765 de 14 de dezembro de 2017, que disciplina a emissão de sons e ruído, foram implementadas as ações pertinentes à mesma.

A Cartilha de Arborização Urbana com informações sobre cuidados a serem tomados com o plantio de mudas, cuidados e espécies adequadas ao calçamento encontra-se disponibilizada através do endereço eletrônico:

http://www.cidadaopg.sp.gov.br/imprensa/arquivos/sema/cartilha_arborizacao_urb_2018.pdf

A Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB) executou aproximadamente 50 serviços de poda de árvores mensalmente, totalizando 609 podas ao longo do ano, além de realizar a poda de cerca das 6.000 palmeiras na orla da praia, que é feita em períodos específicos, com média mensal de 500 espécies do tipo. O serviço é realizado diariamente pelos aproximadamente 20 funcionários da equipe do Departamento de Manutenção Ambiental, de acordo com a demanda existente, em espécies onde foram constatadas a necessidade da manutenção, e por vezes, em parceria com a SEMA, são avaliados casos de risco de queda e situações para replantio. A população também pode relatar estes casos por meio da Ouvidoria Municipal.

O sistema desenvolvido pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) em conjunto com



SEMA e SESURB, sobre Cadastro de Árvores no Município, usando como base a aerofoto 2018, encontra-se sendo atualizado conforme a SEMA autoriza as remoções de exemplares.

Em 2020 o Programa Verão no Clima foi realizado entre os dias 10 de janeiro até 26 de fevereiro, com treinamento da equipe nos dias 03 a 05 de janeiro, que antecederam o início das atividades, sendo ainda no dia 03 realizado um mutirão de limpeza. Contou com duas tendas fixas, uma no bairro Canto do Forte, na Rua Joaquim Teixeira de Carvalho, e a outra no bairro Mirim, na Rua Oito de Dezembro, no período das 9h às 17h. Durante o projeto foram realizadas atividades de conscientização dos frequentadores da praia em conjunto com a OSCIP Projeto Biopesca, que também forneceu materiais do seu acervo para exposição nas tendas, referente ao impacto do lixo na vida dos animais marinhos. O grande diferencial da edição de 2020 foi a utilização da Ducha Ecológica nas tendas, com bombas de sucção manual do lençol freático das praias, com sistema de filtragem e desinfecção embutidos, onde os banhistas puderam utilizá-los à vontade. Além de diversas emissoras de TV que realizaram matérias jornalísticas divulgando as atividades do projeto em Praia Grande.

O Município tem cadeira representativa nos Conselhos Gestores do Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Estadual Xixová-Japuí e na Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Centro, com a presença de representantes pertencentes ao quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, além de comissões internas, tais como: de avaliação de impacto de vizinhança, uso e ocupação do solo e de resíduos. A Secretaria também tem um representante junto a Câmara Temática de Saneamento e Meio Ambiente do CONDESB, junto a AGEM.

Foram concluídos os trabalhos da Comissão Especial Destinada ao Apoio das Ações Voltadas à Implantação de Política Municipal de Logística Reversa, presidida pela Secretaria de Meio Ambiente, com a aprovação da Lei Complementar nº 866 de 16 de dezembro de 2020, que disciplina o gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos no Município de Praia Grande, e dá outras providências.

Também foi permanente ao longo de 2020 o trabalho de fiscalização realizado pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) dos Resíduos da Construção Civil (RCC) com a ajuda da ferramenta do Sistema E-RCC, com base na Lei nº 1.660 de 17 de junho de 2013 e Decreto nº 5.919 de 05 de outubro de 2015. A fiscalização dos descartes irregulares em terrenos vagos foi contínua ao longo do ano, assim como em áreas de preservação permanente (APP) ocorrendo em conjunto com a Guarda Civil Municipal Ambiental (GCM Ambiental) e Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB). A SEMA, por vezes realiza a retirada de RCCs (entulho/aterro) de áreas de preservação ambiental, em conjunto com a SESURB.



Em 2020 deu-se continuidade a parceria com a Prefeitura de Mongaguá para intensificar a fiscalização de RCC que eram levados com origem no Município de Praia Grande e destino no município vizinho.

O Plano Municipal de Meio Ambiente foi homologado através do Decreto nº 7.142 de 11 de dezembro de 2020.

MOBILIDADE URBANA

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, instrumento legal para balizamento das ações institucionais, orienta para a melhoria das condições de mobilidade, acessibilidade, segurança e fluidez do trânsito, em benefício do cidadão, destacando que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e um dever dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), aos quais cabe adotar as medidas necessárias para assegurar esse direito (art. 1º § 2º do CTB).

A Secretaria de Trânsito (SETRAN) cumpre expressamente as atribuições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, que dizem respeito à execução do trânsito dentro da circunscrição do Município, com enfoque para a segurança e a priorização dos modos não motorizados, em razão de sua vulnerabilidade.

Diante disso, o Município vem investindo na otimização do controle de tráfego e de dispositivos de sinalização que permitiram a melhoria das condições de locomoção e de segurança dos pedestres e ciclistas, estabelecendo como metas a minimização dos conflitos entre os modos de circulação e a redução do número de vítimas, dos índices e da gravidade nos acidentes de trânsito.

Em 2020, o Plano de Implantação do Sistema Binário de Fluxo de Veículos, que consiste de ruas paralelas de mão única com fluxos opostos de direção foi estendido para mais 32 vias dos bairros Canto do Forte e Vila Sônia, que foram beneficiadas pelo aumento da oferta de vagas para o estacionamento de veículos e obtiveram melhora nas condições de fluidez e de segurança no trânsito. Tal medida segue até atingir todo Município.

Foram instaladas 3.540 novas placas e 1.477 foram substituídas, e ainda, 13.387,15m² de linhas de canalização, legendas, retenção, seccionadas, contínuas e vagas específicas, entre outras, foram aplicadas ou revitalizadas nas vias, de forma a promover a melhoria das condições físicas da sinalização do sistema viário, e com isso, minimizar o potencial risco de acidentes.

Para a promoção da segurança e conforto dos pedestres, 12.654,35m² de faixas de segurança foram implantadas e revitalizadas, após a remoção de um semáforo



veicular, o total de cruzamentos semaforizados passou para 52, dos quais 18 possuem foco para controle de fluxo de pedestres, além de sete botoeiras e 41 alertas-piscante. Mais 12 faixas elevadas de travessia (trecho da via onde a pista de rolamento dos veículos fica no nível da calçada, funcionando como faixa de pedestre) foram implantadas, totalizando 28 equipamentos espalhados por diversos bairros, e também, 27 pontos da cidade receberam moderna sinalização complementar com piscantes duplos em LED, no estilo blacklight, que advertem os condutores de veículos sobre a necessidade de reduzir a velocidade e adotar as medidas de precaução compatíveis com a segurança das vias.

Quanto à promoção da segurança e conforto ao deslocamento dos ciclistas, 646m² de ciclovias e 118,65m² de cruzamentos rodociclovitários receberam pintura nova, sem contar que os ciclistas têm à disposição 34 semáforos específicos regulamentando seu direito de passagem.

Visando a redução do número de acidentes e de vítimas no trânsito, a SETRAN efetuou a análise crítica dos óbitos resultantes destes acidentes por intermédio do tratamento dos locais de ocorrência, implementando a sinalização nos locais de jurisdição municipal e propondo medidas para a melhoria das condições de sinalização nas rodovias.

Na educação de trânsito, foram realizadas Campanhas Educativas para pedestres, ciclistas e motoristas, sendo distribuídos 1.500 folders para ciclistas, 2.900 gibis da Turma da Mônica "Viajando com Segurança" e 1.100 cartões educativos para motoristas, totalizando 5.500 materiais educativos entregues no período anterior à pandemia.

Em razão da pandemia de COVID-19 que mobilizou toda a sociedade, incentivando o isolamento social para evitar a propagação da doença e salvar vidas, seguindo orientação do DENATRAN, as ações Maio Amarelo e Semana Nacional de Trânsito Amarelo foram adiadas.

O sistema semafórico foi amplamente atualizado e conta agora com Central Semafórica e 50 Unidades Controladoras Programáveis, estrategicamente instaladas em mais de 50 cruzamentos ao longo de toda Cidade, os controladores semafóricos analógicos foram substituídos por controladores programáveis que permitem a integração dos mesmos à Central Semafórica, implantada em dezembro de 2020, possibilitando interagir a distância com os focos semafóricos através de sistema próprio que emite alertas de falhas e possíveis defeitos, permitindo realizar remotamente a atualização do sistema e planos semafóricos, bem como correções de possíveis falhas, sem a necessidade de enviar uma equipe técnica no local.



Como resultado dessas ações, o INFOSIGA SP, ferramenta que disponibiliza informações acerca dos acidentes de trânsito no Estado, apontou a redução de 50% nos óbitos de pedestres, sendo seis em 2019 e três em 2020.

O Município implantou o sistema digital de venda de cartões do estacionamento rotativo Zona Azul, complementar ao trabalho tradicional de vendas de cartões de estacionamento. Com o novo sistema, para estacionar regularmente nas vagas da Zona Azul, o usuário pode ativar o E-Ticket pelos monitores (devidamente identificados); nos Pontos de Venda (comércios dos arredores devidamente identificados); pelo aplicativo de celular “Estacionamento Fácil Praia Grande-SP” (disponível para IOS e Android); ou pelo site www.estacionamentofacilcom.br, escolhendo a Praça de Estacionamento da Zona Azul Praia Grande.

Depois dessa ativação, a placa do veículo estará registrada, regularizando o período de permanência na vaga, não havendo necessidade de retornar ao veículo para validar o período ou deixar o ticket em local visível, como ocorre no sistema convencional, desde que respeitada a restrição de no máximo três horas na mesma vaga.

Com o efetivo de 75 Agentes de Trânsito, a SETRAN cumpre expressamente as atribuições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro que dizem respeito a execução do trânsito dentro da circunscrição do Município, com enfoque para a segurança e a priorização dos modos não motorizados, em razão de sua vulnerabilidade.

No que tange o empenho dos agentes de trânsito, iniciou-se o ano de 2020 com apoio ao grande evento “Show do verão é você”, no qual foram necessárias interdições em vias públicas, visando minimizar o impacto causado pela grande quantidade de participantes e controle do fluxo viário no local. A Secretaria participou ainda, no início do ano, diretamente da Operação Verão, com apoios em operações, previamente planejadas, em conjunto com outros órgãos do Município e estado. Além da atividade denominada “Operação Subida”, onde os agentes foram deslocados aos pontos estratégicos, a fim de minimizar os impactos causados em nosso Município quando há congestionamento devido ao grande fluxo de turistas no retorno ao planalto, como também visando não ocorrer acidentes.

Com o início da pandemia do novo coronavírus em nosso país, foram adotadas medidas necessárias para o combate à doença; uma delas foi a implantação de barreiras sanitárias nos acessos ao nosso Município, sendo pela Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e pela Av. Ayrton Senna. A implantação dessas barreiras sanitárias foi uma importante medida de combate à proliferação do novo coronavírus (COVID-19), pois, por meio delas, foram identificadas a origem de muitos turistas que



pretendiam entrar no Município sem os devidos cuidados exigidos.

Ainda sobre a pandemia, outra medida que contou com um grande trabalho logístico e operacional, foi o fechamento dos acessos às praias em toda a extensão do Município e o empenho das viaturas em mantê-la fechada. Além dos apoios nas operações que visavam comércios que não estivessem atendendo aos Decretos Municipais.

Mesmo com a pandemia, as obras da construção civil não sofreram os mesmos impactos que os demais serviços e a SETRAN continuou dando o apoio necessário. Foram realizados um total de 552 apoios em obras planejadas como implantação de rede de esgoto realizada pela SABESP nos bairros Cidade da Criança, Jd. Princesa, Jd. Melvi, Tupiry, Sítio do Campo e Canto do Forte. Assim como a reurbanização e implantação de rede de drenagem executadas por empresas terceirizadas na Av. do Trabalhador, Rua Antônio Candido da Silva, Av. Pau-Brasil Av. Paris, Av. Mal. Mallet, Rotatória da Av. Pres. Kennedy no bairro Guilhermina e Rua Tamoios. Além do recapeamento asfáltico por diversos bairros da Praia Grande. Incluindo a implantação de rede de fibra óticas por diversos bairros. Em obras emergenciais foram 125 em apoios aos serviços da SABESP e Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB) e 2.827 em apoios de concretagem ou carga e descarga de materiais. Vale salientar que os apoios em obras se faz extremamente necessário para atenuar os efeitos danosos que causam no trânsito, sendo que na maioria das vezes, as vias são obstruídas por completo e impedem a circulação de veículos e por vezes até de pedestres.

Também foram prestados apoios à outras secretarias, como por exemplo, a Secretaria de Serviços Urbanos, onde foram prestados cerca de 502 apoios, dentre eles, raspagem e pintura, limpeza de via, corte de grama, pavimentação, entre outros.

Foram realizadas ações para retirada de veículos em estado de abandono nas vias públicas, atendendo ao que rege a Lei Municipal nº 1.950 de 10 de setembro de 2019. As ações foram realizadas através de patrulhamento diário com as viaturas, principalmente após denúncias para a Ouvidoria Municipal e para o 0800 da Secretaria de Trânsito.

Na Mobilidade Urbana o transporte público também é um serviço de caráter essencial para o Município, portanto recebe grande destaque nas ações do poder público. Entre as ações previstas está a persistência para adequação do projeto de implantação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), junto a Secretaria de Transporte Metropolitanos do Estado de São Paulo.

Avançou-se nas obras estruturais do corredor do transporte coletivo, na Avenida Doutor Roberto de Almeida Vinhas, restando somente vencer etapas de



regularização fundiária para a desobstrução da via no Caiçara. Neste ponto, acredita-se que no mais tardar primeiro semestre de 2021 toda esta questão esteja completamente resolvida. Os projetos de acessibilidade nas calçadas avançam com a colaboração da Secretaria de Obras Públicas (SEOP), enquanto a implantação de câmeras e monitoramento, iluminação, semáforos para travessia segura dos pedestres etc., devem ser retomadas em 2021, num cenário pós pandêmico.

As obras de manutenção corretiva e de conservação nos 2 terminais de transbordo de passageiros e rodoviário – Tude Bastos e Tatico -, na parte predial, elétrica, sinalização, acessibilidade etc. vem atuando a contento, mas é imperativo se pensar na requalificação de ambos os locais.

A frota do sistema de transporte, desde 2014, conta com tecnologia de menor emissão de gases poluentes na atmosfera, ar-condicionado, wifi e acessibilidade plena (elevador para cadeirantes na porta de desembarque, espaço para cão guia e assentos reservados com diferencial de cor e tamanho para idosos, pessoas com deficiência, gestantes, mães com crianças de colo e obesos, de acordo com especificações da norma de acessibilidade da ABNT-NBR 15.570). Nesse ano toda a frota da empresa concessionária segue sendo 100% climatizada. No que tange os ônibus, a pandemia e suas consequências também econômicas provocaram queda acentuada no número de passageiros transportados. Isso obrigou a empresa concessionária a, em busca de haver um equilíbrio econômico-financeiro, operar com 87% de sua capacidade total. A substituição dos veículos antigos previstos foi adiada para 2021. Apesar desse desafio que se impôs, as linhas municipais não deixaram de operar um dia sequer, mantendo o atendimento com os cuidados sanitários indicados pelas autoridades.

Os usuários do sistema de transporte contam com painéis de informação do sistema de transporte municipal, dentro dos terminais, que transmitem mensagem operacional, em tempo real, como horário de chegada dos ônibus por linha de operação. Eles são interligados na central de operação da concessionária. São 5 informações das linhas para cada painel, em cada plataforma de embarque e desembarque, sendo 02 TVs disponíveis em cada plataforma.

Desde 2019 encontra-se disponibilizado para a população o aplicativo (app) "Quanto Tempo Falta", que permite ao usuário do sistema obter informação em tempo real, através de seu celular, do horário da chegada dos ônibus nos pontos de embarque e desembarque, as linhas, etc. O app está disponível gratuitamente para os usuários Android e IOS.

Sobre o sistema de reconhecimento biométrico facial, constituído pelo conjunto de equipamentos embarcados nos ônibus e micro-ônibus, além daqueles instalados nas



garagens e na central de processamento de dados da Empresa, com seus respectivos sistemas operacionais, que visam a captura, o armazenamento e o reconhecimento das imagens faciais dos clientes do transporte coletivo urbano, especialmente quando detentores do direito a algum dos benefícios tarifários, onde a obrigatoriedade do uso de máscaras restou prejudicada esta iniciativa, pois é impossível a identificação pelo sistema de quem as usa.

O sistema de reconhecimento biométrico facial permite a gravação da imagem facial do beneficiário, por ocasião de seu cadastramento ou recadastramento junto aos postos de atendimento da Empresa, a qual será armazenada em banco de dados para ser comparada com as imagens capturadas do portador do cartão eletrônico, quando de sua validação no interior do ônibus.

Foram concluídas as tratativas do convênio com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/ SP), visando a renovação do contrato existente, que estabelece a integração operacional e tarifária dos sistemas de transportes. O destaque é a inclusão da integração ao Sistema da Linha 941TRO - Praia Grande (Jardim Melvi) – Santos (Conj. Athiê Jorge Cury) Via Praia Grande (Bairro Samambaia) e Santos (Canal 1), em 30 de abril de 2020. Segue em andamento a padronização dos mobiliários urbanos (abrigos metálicos com vidros verdes) em substituição aos abrigos de concreto.

A implantação da Estação de Transbordo Antártica está concluída e terá função importante na racionalização das linhas e na integração do sistema de transporte coletivo previstas para 2021/2022.

Os estudos técnicos referentes ao processo de licitação do transporte coletivo, cujo contrato findou em 23 de dezembro de 2020 foram concluídos com êxito. Novo contrato com 05 anos de vigência foi assinado em 30 de dezembro de 2020.

A Secretaria de Transportes (SETRANSP) não logrou o sucesso almejado na realização das ações educativas previstas para este exercício, motivado pela pandemia que obrigou todos a um distanciamento social. Foi possível a realização de ações para conscientização dos passageiros que passaram nos Terminais Tude Bastos e Tatiko nos meses de janeiro, fevereiro e março com as intervenções realizadas pelos técnicos do Programa de Prevenção contra Acidentes/ SEST SENAT, com abordagem usando mobilização sócio educativa aos passageiros e motoristas. Mas a partir de 23 de março de 2020 tudo teve que ser revisto, e as ações de interação pública suspensas até segunda ordem.

A SETRANSP, apesar disso, manteve as tratativas e a defesa do direito ao assento reservado nos ônibus para pessoas com Transtorno do Espectro Autista,



conscientizando com a instalação de cartazes educativos com informações importantes a respeito do tema, no interior dos ônibus municipais.

O Plano de Mobilidade Urbana (PLAMOB-PG) está em vigência e orienta as ações da municipalidade para o tema.

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Além de diretrizes gerais estruturantes, o título Organização Territorial contém diretrizes específicas para o capítulo de Uso e Ocupação do Solo, conforme segue:

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A produção do espaço urbano é um processo constante e que traz consequências para as relações socioculturais, econômicas e políticas. Alguns empreendimentos e atividades interferem na dinâmica urbana impactando a qualidade de vida dos moradores e cidadãos.

As políticas urbanas municipais devem estar alinhadas com as transformações do território. De tempos em tempos as revisões e regulações propostas pelo poder municipal nas legislações buscam diminuir o descompasso provocado pelas alterações das dinâmicas econômicas, culturais e sociais que a cidade passa com o decorrer dos anos.

O instrumento que regula o ordenamento das diretrizes de uso e ocupação do solo, estabelecidas no Plano Diretor, é a lei que disciplina o ordenamento do uso, da ocupação e do parcelamento do solo. Em decorrência da aprovação do Plano Diretor Lei Complementar nº 727 de 16 de dezembro de 2016, foram desenvolvidas em conjunto com diversas secretarias análises de território visando adequações na legislação vigente.

Junto a este, pode se somar a existência de instrumentos complementares, entre eles a Lei Complementar nº 154 de 27 de dezembro de 1996 e suas alterações e ainda em 2020 passou a vigorar a Lei Complementar nº 870, que acresce e altera dispositivos da Lei Complementar nº 615 de 19 de dezembro de 2011 que "Disciplina o ordenamento do uso, da ocupação e do parcelamento do solo na Estância Balneária de Praia Grande e dá outras providências" e altera a Lei Complementar nº 154 de 27 de dezembro de 1996 que "Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras, edificações e equipamentos, dentro dos limites dos imóveis, e dá outras providências".

Um instrumento necessário e fundamental para o desenvolvimento sustentável das cidades, é o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), uma vez que busca garantir a



justa distribuição dos ônus e benefícios da urbanização, se destacando por atuar de maneira preventiva, vislumbrando a harmonia entre os interesses particulares e o interesse da coletividade. Enquanto instrumento de gestão urbana municipal, funciona como uma ferramenta de apoio ao processo de licenciamento urbanístico, complementando o regramento de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Buscando esse equilíbrio no território encontra-se em elaboração legislação com o regramento necessário referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

No ano de 2020 entrou em vigor a Lei Complementar nº 873, estabelecendo restrições de altura para instalações e edificações contidas no perímetro urbano do Município, com vistas a garantir a viabilidade de implantação do aeródromo integrante do Complexo Empresarial Andaraguá, declarado de interesse público pelo Decreto nº 5.055 de 20 de janeiro de 2012.

Em 2017 foi assinado o Termo de Adesão do Município junto à União que tem por objeto transferir ao Município a gestão das praias marítimas urbanas de seu território, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica. O presente Termo de Adesão tem por finalidade estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, ensejando uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desse território. Em atendimento ao termo deverá ser elaborado plano de gestão integrada da orla para seu ordenamento.

Embora o ano tenha sido marcado pela pandemia do COVID-19, resultando em restrições quanto a ocupação da praia, o balanço final foi positivo, visto importantes projetos terem sido implementados, através de benfeitorias que incrementaram o setor turístico, social e ambiental.

Em 2020, a Secretaria de Urbanismo (SEURB) atuou no início do ano (alta temporada) na fiscalização diária e combate ao comércio irregular no Município, com a Operação Verão de fiscalização. A ação teve como objetivo coibir o comércio ilegal e a venda irregular de produtos, defendendo os comerciantes legalizados e protegendo aos moradores e turistas da compra de produtos sem qualidade, vencidos ou com origem duvidosa.

Todos os produtos apreendidos são disponibilizados para retirada dos seus respectivos proprietários, mediante pagamento de multa. Aqueles produtos que não são resgatados, uma vez constatada a boa qualidade, são encaminhados para o Lar São Francisco de Assis e Secretaria de Assistência Social (SEAS). Perecíveis como queijo coalho e produtos sem qualidade são descartados.

Com a chegada do coronavírus a partir de março, a SEURB passou a atuar também



na fiscalização dos protocolos emergenciais e medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da pandemia. Ao longo do ano foram realizadas barreiras sanitárias na Avenida Ayrton Senna da Silva (principal via de acesso ao Município), com o intuito de cadastrar aos visitantes e verificar o estado de saúde das pessoas, além de realizar a conscientização para a realização do isolamento social.

Ainda com a finalidade de realizar este controle, foi disponibilizada a ferramenta para cadastro de moradores eventuais em imóveis de uso ocasional. Com o objetivo de identificar os visitantes, período de estadia, a existência de idosos e estado de saúde das pessoas, os síndicos ficaram responsáveis por cadastrar online seu condomínio e preencher os formulários com as informações das pessoas.

A SEURB atuou ainda, com apoio da Secretaria de Trânsito (SETRAN), Assuntos de Segurança Pública (SEASP) e Polícia Militar na fiscalização dos estabelecimentos comerciais e das feiras livres quanto o cumprimento das normas de higiene e demais medidas para o retorno responsável da atividade econômica, além de realizar a orientação e conscientização dos proprietários e clientes dos estabelecimentos, com a disponibilização de dados sobre a doença e medidas de prevenção e combate.

DEFESA CIVIL

O Departamento da Defesa Civil pertence à Secretaria de Assuntos de Segurança Pública (SEASP), com equipe técnica reduzida e capacitada para assuntos relacionados às medidas permanentes que visam evitar, prevenir ou minimizar os desastres naturais e ou incidentes tecnológicos, preservando o moral da população e restabelecendo a normalidade social.

Por se tratar de um tema que busca a participação dos munícipes em defesa da própria comunidade, as diretrizes incluem informação, prevenção, integração às políticas e atuação articulada. As ações promovidas são realizadas de forma rotineira, uma vez que necessitam ser contínuas, através da atualização dos estudos de mapeamentos das áreas de risco visando o monitoramento constante, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta de ações emergenciais em circunstâncias de desastres, são realizadas campanhas preventivas e educativas periodicamente.

Apesar de realizar vistorias rotineiras em áreas mapeadas de risco, mais uma vez a Defesa Civil de Praia Grande participou do Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC/2020) da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), onde a atenção e os monitoramentos nestas áreas são redobrados tendo em vista o período de maior índice pluviométrico devido ao verão.

O projeto realizado em apoio ao PPDC é a Compilação de Dados Meteorológicos (CDM), que permanece desde 2015 aferindo diariamente e durante todo o ano,



índices pluviométricos em pontos estratégicos, com o objetivo principal da montagem de um registro histórico para posteriores estudos e comportamentos meteorológicos do Município.

Durante a estação mais quente do ano, o verão, também existe a preocupação com os raios que caem na nossa região, e buscando alertar para os perigos de permanecer na praia em caso de chuvas ou tempestades com raios, o Departamento de Defesa Civil realizou campanha de prevenção instalando faixas de alerta por toda a extensão de suas áreas praianas, além da distribuição de *banners* e filipetas com o mesmo teor. Essa ação também vem corroborar com o Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC) do Governo do Estado de São Paulo.

Não obstante, foram registradas através dos sistemas de câmeras monitoradas pelo Centro Integrado de Controle e Operações Especiais (CICOE) os níveis de marés altas e ressacas em diversos pontos na orla da praia, bem como o mapeamento da localização desses equipamentos e registro em software livre multiplataforma de sistema de informação geográfica (SIG).

Neste ano de 2020 foi vivenciada a pandemia causada pelo coronavírus. Esta situação alterou radicalmente a rotina da Defesa Civil Municipal. Eventos típicos não puderam ser realizados: a participação no Programa Juventude Legal, as Olimpíadas do Conhecimento e a realização das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Defesa Civil, Comissão para elaboração dos planos de contingências para ressacas e de segurança em barragens, por exemplo, foram algumas rotinas canceladas.

Em contrapartida, a Defesa Civil participou ativamente nas ações em conjunto com diversas secretarias municipais e demais entes públicos na contenção ao COVID-19 em consonância aos protocolos sanitários estaduais e aos Decretos Municipais, cite-se: Decreto 6.928 de 20 de março de 2020; Decreto 6.929 de 3 de março de 2020; Decreto 7.025 de 7 de agosto de 2020; Decreto 7.030 de 14 de agosto de 2020 e Decreto 7.036 de 28 de agosto de 2020, participou da fiscalização para o cumprimento destes decretos, tais como: normativas para utilização das praias e as orientações dadas a munícipes e turistas por meio de bloqueios sanitários realizados em vias urbanas e rodovias que cortam a cidade.

Destaque-se que o Conselho Municipal de Defesa Civil atende a Lei Municipal nº 1.854 de 20 de outubro de 2017 e atualmente é composto por 30 membros, sendo 15 da administração pública e 15 de órgãos auxiliares.

Cabe ressaltar também que as ações relativas ao Plano Municipal de Contingência e de Proteção de Defesa Civil - PLANCON, Lei 1.829 de 24 de março de 2017, foram rigorosamente cumpridas. Esta Lei estabelece ações para o monitoramento e prevenção das situações de risco, bem como os procedimentos a serem adotados na



resposta às emergências e desastres, além de conter o mapeamento das áreas de risco, portanto, os alertas de riscos emitidos pelos órgãos competentes durante o ano foram todos executados e devidamente registrados.

SANEAMENTO BÁSICO

Além de diretrizes gerais estruturantes, o título Saneamento Básico contém diretrizes específicas para os capítulos Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Coleta de Resíduos Sólidos, conforme segue:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Para garantir o atendimento pleno da população residente e flutuante do Município em todos os períodos do ano, são promovidas ações contínuas, principalmente devido ao constante crescimento da população e a expressiva população flutuante. Assim, estão previstas a ampliação dos sistemas de abastecimento de água (produtores e de reservação).

Quanto às estratégias e diretrizes para a garantia do adequado tratamento da água fornecida pelos sistemas produtores de água integrados da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), são observadas as normas nacionais relativas à qualidade para consumo humano e padrão de potabilidade. Sendo assim, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), concessionária responsável pelo fornecimento de água potável no Município, analisa a qualidade da água desde a origem até os pontos de consumo. São analisados fatores como turbidez, cloro residual, coliforme, cor aparente, entre outros aspectos, atendendo o que estabelece o Ministério da Saúde quanto ao controle da água distribuída para o consumo humano. Os testes possuem quantidade mínima, frequência em que as amostras de água devem ser coletadas e os limites permitidos.

A promoção da eficiência do sistema de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), a redução de perdas de água no sistema de abastecimento e a implementação de medidas não estruturais voltadas a redução dos desperdícios são exigidas da concessionária responsável constantemente, visando garantir a racionalização do uso da água.

No ano de 2018 a Prefeitura de Praia Grande assinou contrato de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no valor de R\$1,4 bilhão, com a SABESP. O contrato prevê a ampliação da produção e reserva de água tratada, a expansão da distribuição e ações para redução de perdas. Para tanto será implantada a Estação de Tratamento de Água (ETA) – Melvi, com 1,2m³/s, e um reservatório (Boqueirão) com capacidade de armazenamento de 10.000m³ tratados,



assim como todas as interligações de adutoras necessárias.

Em reflexo a essas ações, em 2020 o Município contava com 111.700 ligações ativas de água, um volume faturado de 34.399.664m³/ ano, uma rede com extensão de 985.976m e 36.625m de adutoras.

O Município busca o fomento ao reuso e aproveitamento da água e campanhas de conscientização e orientação da população também são constantemente colocadas em pauta.

O Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PMAE) está em vigência e orienta as ações da municipalidade para o tema.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O Município promove ações constantes visando à cobertura universal do sistema de esgotamento sanitário. Sendo assim, são prioritárias as ações de implantação do sistema em bairros com maior densidade demográfica.

Com o intuito de promover a melhoria da qualidade das águas costeiras e, consequentemente, as condições de balneabilidade das praias, busca-se o tratamento adequado de esgotos sanitários. Para esse controle, são verificados os índices de qualidade de águas costeiras (IQAC), de estado trófico costeiro (IETC), de qualidade de sedimento costeiro (IQSC), a classificação anual das praias (avaliação das condições de balneabilidade), a avaliação dos cursos d'água afluentes e o índice de coleta e tratamento de esgotos da população urbana de Municípios (ICTEM).

O convênio “Se liga na rede”, parceria entre o Município, o Estado e a SABESP, realiza ligações prediais às redes coletoras de esgotos, de forma gratuita, para as famílias com renda de até três salários mínimos. A ação permite uma ligação adequada ao sistema de esgotamento sanitário, a fim de trazer qualidade de vida à população e recuperação do meio ambiente.

Outro programa realizado em parceria com a Sabesp é o “Esgoto Certo”, que fiscaliza o destino do esgoto produzido em edifícios e casas, evitando que o mesmo seja despejado na rede pluvial e comprometa a balneabilidade das praias. Paralelamente, são efetuadas campanhas de conscientização da população sobre a importância do sistema de esgotamento sanitário.

No ano de 2018, a Prefeitura de Praia Grande assinou contrato de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no valor de R\$1,4 bilhão, com a SABESP.



Para o esgoto, as ações previstas no contrato que deverão ser completadas entre 2018 e 2024, incluem obras para o sistema de esgoto sanitário, beneficiando a população dos Bairros Melvi, Esmeralda e Ribeirópolis; remanejamento de redes coletoras nos Bairros Canto do Forte, Boqueirão, Guilhermina, Aviação, Tupi e Ocian; e complementação dos coletores nos Bairros Sítio do Campo e Tupiry. Assim como a adequação na Estação Elevatória do Sítio do Campo, também constam no contrato a ampliação da coleta e afastamento dos esgotos em diversos bairros como Anhanguera, Princesa, Cidade da Criança, Quietude, Vila Sônia, Tupi e Sítio do Campo.

Em reflexo a essas ações, em 2020 o Município contava com 69.296 ligações ativas de esgoto, uma rede com extensão de 629.479m de interceptadores e 34.602m de emissários.

Ocorreu ainda o início da remodelação e ampliação das Estações de saneamento básico da Sabesp – Subsistema Canto do Forte e Subsistema Tupi, sendo que a Estação Elevatória de Esgoto (EEE) Inicial 2 (Tupi) teve uma intervenção artística com tema do mar.

O Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PMAE) está em vigência e orienta as ações da municipalidade para o tema.

DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Atualmente, as equipes responsáveis pela conservação dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais, contam com 05 caminhões de sucção, 05 caminhões hidrovácuo, 01 caminhão pipa e 09 máquinas especializadas na realização dos serviços, entre pás carregadeiras e retroescavadeiras, que auxiliam na retirada de areia e, muitas vezes, lixo doméstico obstruindo o sistema. Os veículos atuam também na manutenção de viadutos de modo a conferir maior eficiência no sistema de drenagem destas estruturas.

O sistema de drenagem conta, ainda, com 13 estações elevatórias: Faria Lima, Rio Branco, São Paulo, São Salvador, Campo de Pousos, Monte Castelo, Napoleão Laureano, Pé na Areia, Pires, Paquetá, Vila Mar, Papoulas e Sereias. Os equipamentos enviam o material coletado nos três emissários submarinos da Sabesp para o tratamento do esgoto.

O sistema de macrodrenagem conta com 30 canais que visam auxiliar o sistema de microdrenagem das estações elevatórias.

Com uma verba recebida pelo Governo Federal, está em fase de projeto a construção



de mais 03 estações modulares que visam a melhoria da balneabilidade e a eliminação das faixas de extravasão de águas pluviais na areia da orla.

A promoção de medidas necessárias à conservação e utilização de fontes alternativas de captação e o reaproveitamento das águas da chuva nas edificações novas, públicas e privadas, residenciais e não residenciais, está efetivada pela Lei nº 1.874 de 14 de dezembro de 2017, que torna obrigatória a execução de reservatório para captação, retenção e reaproveitamento de água da chuva nos imóveis públicos ou privados que especifica.

A legislação visa garantir a efetiva confecção do sistema de captação, retenção e reuso de águas pluviais, em conformidade com a lei, com a ABTN NBR 15.527:2007 e legislação de macro e micro drenagem do Município. Sendo assim, o autor ou dirigente técnico da obra e o proprietário do imóvel, com as firmas reconhecidas assinam um termo de compromisso, demonstrando ciência quanto à responsabilidade de dispor os projetos para análise dos órgãos competentes, bem como a responsabilidade técnica e legal sobre o assunto, e a possibilidade de abertura de procedimento fiscal, apuração da infração e aplicação da penalidade, conforme legislação de retenção e reuso de águas pluviais, podendo resultar na não emissão da Carta de Habitação ou de Ocupação caso a legislação não seja cumprida.

A respeito, o Município conta com um sistema público de cisternas para a captação de água da chuva. O sistema possui capacidade total de 315 mil litros d'água, suprimindo pelo menos 50% do consumo da água utilizada no trabalho de limpeza e manutenção urbana local.

Visando a melhoria da rede de drenagem, a Secretaria de Obras Públicas (SEOP) realizou a substituição das redes de micro drenagem do binário das Ruas Tupi e Xavantes, no Bairro Tupi; a substituição das redes de micro drenagem da Rua Antonio Candido da Silva, na Vila Sônia e a ampliação de revestimento e incremento de seção de montante de canal, no bairro Vila Sônia.

O Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de Praia Grande, alterado por meio da Lei Complementar nº 796 de 18 de dezembro de 2018, está em vigência e orienta as ações da municipalidade para o tema.

COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Coleta Domiciliar atualmente conta com 13 caminhões, mais dois reservas, e atende a 100% do Município. O serviço é realizado por empresa terceirizada, coordenada pela Secretaria de Serviços Urbanos e acontece diariamente nos centros comerciais e de grande circulação de pessoas e três vezes por semana nos bairros residenciais. No ano de 2020 foram coletados 108.836.330kg de resíduos, numa média de



9.061.243kg/mês, que foram encaminhados para os aterros sanitários Lara Ambiental e Terrestre Ambiental.

Buscando a transformação de parte desse lixo orgânico em matéria utilizável, está em fase de estudo a implantação de uma Usina de Compostagem em terreno situado na Rua Nestor Ferreira da Rocha Junior, no bairro Caiçara. A intenção é que a Usina receba restos de poda urbana, legumes, frutas e verduras de feiras livres, que serão transformados em composto orgânico (adubo) e utilizados nos cuidados dos jardins, praças e parques da cidade.

Além dos resíduos inertes e da construção civil que são coletados pelos serviços de manutenção pública (limpeza das praias, praças, vias públicas, canais e demais serviços de coleta selecionada), ecopontos e através de apreensões de resíduos dispostos em áreas públicas, de preservação ou proteção. Esses resíduos são destinados de acordo com as normas ambientais emitindo-se Certificado de Transporte de Resíduos – CTR específico para cada transporte à Usina de Reciclagem cadastrada como destino final, devidamente licenciada pelo órgão competente (CETESB), mediante contratação através de processo licitatório.

Atualmente a Coleta de Lixo Séptico conta com 02 caminhões, sendo 01 utilitário e 01 mecanizado. O serviço é realizado por empresa terceirizada e coordenada pela Secretaria de Serviços Urbanos e atende a empresas geradoras de Lixo Séptico que fizeram a solicitação do serviço junto à Prefeitura. No momento, são atendidos 04 Hospitais; 25 Farmácias; 06 Clínicas Médicas; 12 Clínicas Veterinárias; 25 Clínicas Odontológicas e 03 Estúdios de Tatuagem; além das 23 Usafas; Hospital Irmã Dulce; UPA; SAMU; OSAN; CDP; Fundação Casa; Lar São Francisco de Assis; Zoonoses; SEST SENAT; AME e IML. No ano de 2020 foram coletados 43.750kg de resíduos de carcaça de animais, numa média de 3.646kg/mês e 344.650kg de resíduos de saúde, numa média 28.721kg/mês.

Já a Coleta Seletiva conta com 12 caminhões e atende a 100% do Município. O serviço é realizado pela Secretaria de Serviços Urbanos em conjunto com as instituições de reciclagem: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR) e Cooperativa de Coletores de Recicláveis e Materiais Inorgânicos Nova Vida (COOPERVIDA). A Prefeitura fornece os caminhões, motoristas e combustível para a realização da coleta e as instituições disponibilizam os coletores. A coleta é realizada seguindo o mesmo cronograma da Coleta Domiciliar, com 30 minutos de antecedência. No ano de 2020 foram coletados 2.841.530kg de resíduos, numa média de 236.794kg/mês, que são encaminhados para as instituições para que sejam devidamente separados e comercializados.

Ao longo dos últimos anos, ações e projetos são desenvolvidos pela Prefeitura de



Praia Grande para ampliar a coleta seletiva e reciclagem de materiais. Um dos destaques deste trabalho fica por conta da instalação de postos de entrega voluntária em várias áreas da Cidade, conhecidos por Ecoponto. Esses equipamentos funcionam como locais para o descarte correto de materiais inservíveis e itens recicláveis.

O Ecoponto busca evitar o descarte de materiais inservíveis e itens recicláveis em locais irregulares. Atualmente a cidade conta com 18 unidades espalhadas e o objetivo é que conte com uma por bairro. Está em estudo novas unidades para os bairros Princesa, Samambaia e Tupi, com previsão para o ano de 2021, e, posteriormente, a implantação das unidades nos bairros Guilhermina; Glória; Tupiry; Imperador; Flórida e Cidade da Criança, ainda não contemplados com um Ecoponto.

As unidades possuem caçambas com capacidade para comportar até 4m³ de resíduos cada uma, e é possível fazer o descarte de vidro; plástico; entulho (no limite de até 2m² por pessoa no mês); metal; madeira: pilhas; óleo de cozinha e pneus (apenas nos Ecopontos dos bairros Caiçara, Esmeralda e Aviação).

No ano de 2020 foram recebidos 135.730kg de materiais recicláveis (vidros, plásticos, metais); 2.492.150kg de móveis, madeiras e outros; 206.460kg de pneus; 3.850kg de óleo e 10.820.848kg de entulho.

Desde 2018, as Secretarias de Serviços Urbanos (SESURB) e de Urbanismo (SEURB) unem forças para intensificar a fiscalização de locais crônicos de descartes irregulares de lixo pela população. A fiscalização orienta os munícipes e comerciantes, quanto aos dias e horários corretos para descarte adequado dos resíduos. Por dia, aproximadamente dez locais passam por esta verificação.

Atualmente a cidade conta com duas instituições de reciclagem: a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR) e Cooperativa de Coletores de Recicláveis e Materiais Inorgânicos Nova Vida (COOPERVIDA), que possuem 46 e 54 cooperados, respectivamente. A coleta seletiva é setorizada por bairro e dividida entre as duas instituições, que atuam tanto na coleta quanto na triagem dos resíduos para a comercialização.

Buscando sempre atender a demanda da melhor forma possível, está em fase de licitação a construção de uma nova cooperativa de recicláveis na Rua Hermenegildo Pereira de França, no bairro Esmeralda, que atuará em conjunto com as outras duas instituições na realização do serviço.

Ainda no intuito de intensificar o tratamento dos resíduos passíveis de reciclagem, está em fase de execução a construção de uma cooperativa para o Rapa Treco, que atuará na reforma e reutilização de móveis e eletrodomésticos para posterior



comercialização por parte dos cooperados. A intenção é utilizar deste serviço para a requalificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como ocorre nas outras duas instituições.

O Rapa-Treco conta com 12 caminhões e atende a 100% do Município. O serviço é realizado pela Secretaria de Serviços Urbanos e atua na retirada de itens inservíveis como móveis, eletrodomésticos, colchões e utensílios domésticos que não possuem mais utilidade e que quando descartados de maneira incorreta causam transtornos urbanos como obstruções na rede de drenagem e pontos críticos de descarte irregular, degradando a paisagem da cidade.

Também foi permanente ao longo de 2020 o trabalho de fiscalização realizado pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) dos Resíduos da Construção Civil (RCC) com a ajuda da ferramenta do Sistema E-RCC, com base na Lei nº 1.660 de 17 de junho de 2013 e Decreto Municipal nº 5.919 de 05 de outubro de 2015. A fiscalização dos descartes irregulares em terrenos vagos foi contínua ao longo do ano, assim como em áreas de preservação permanente (APP) ocorrendo em conjunto com a Guarda Civil Ambiental e SESURB. A SEMA, por vezes realiza a retirada de entulho/aterro de áreas de preservação ambiental, em conjunto com a SESURB.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) está em vigência e orienta as ações da municipalidade para o tema.

SERVIÇOS MUNICIPAIS

A Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB) atua diariamente na limpeza da faixa de areia da praia, com a intensificação da limpeza quando necessário. Além do fim do ano, são realizados mutirões também em casos de ressaca, o que aumenta a disposição de detritos na faixa de areia.

Para melhor atendimento da população, o recapeamento de vias foi executado pela SESURB durante todo o ano. Para tal, a Secretaria conta com 02 caminhões adaptados para os serviços de tapa buraco com massa asfáltica usinada a quente, utilizados para eliminar os buracos das vias públicas, que surgem devido ao intenso tráfego no local e as ações do tempo, como fortes chuvas. Os buracos e desníveis nas vias, além de alterar a paisagem da cidade, oferecem um grande risco para a segurança de quem trafega pelos locais afetados.

A SESURB conta ainda com 03 divisões que trabalham exclusivamente com a limpeza urbana, realizando varrição, capinação, pintura de guia, limpeza da praia, do calçadão e retirada de entulho e outros materiais das calçadas e vias públicas do Município, sendo de maneira contínua nas principais avenidas e centros comerciais, além do monitoramento de pontos críticos de descarte irregular de resíduos sólidos



urbanos, executando constantemente a limpeza destes locais.

Também atua amparando outras secretarias, auxiliando a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria de Urbanismo (SEURB) com apoio em demolições e retiradas de descarte irregular de Resíduos da Construção Civil (RCC) em áreas de proteção ambiental.

Para estas ações, são ao todo 21 caminhões truck, 06 caminhões toco, 02 caminhões coletores e 13 máquinas especializadas (entre retroescavadeiras, pás carregadoras, escavadeiras hidráulicas e motoniveladora) que auxiliam as divisões na execução dos serviços.

Ademais, a secretaria atua na manutenção de 65 próprios municipais, entre Unidades de Esporte e Lazer (Ginásios, Pistas de Skate, Piscina Municipal, Campos de Futebol e Projeto Navega São Paulo); Equipamentos da Secretaria de Assistência Social (CRAS, Instituições de Acolhimento, Conviver, PIC, CAFE); e Unidades Institucionais (Feiras de Artesanato, Palácio das Artes, Postos de Informações Turísticas, Pavilhões de Eventos), onde é realizada a manutenção preventiva e corretiva de serviços de hidráulica, elétrica, pintura, alvenaria e manutenção de todos os tipos de telhado.

Mais além, atua na conservação civil de obras, parques, praças, calçadas, e equipamentos em geral e na manutenção, instalação e ampliação de mobiliário urbano (bancos, lixeira, playground) em parques, praças e calçadão; manutenção de fontes de água; manutenção e reforma de pergolado; execução e manutenção de piso intertravado e pedra goiás em calçadas de praças e calçadão; execução e manutenção de coberturas de policarbonato, além de oferecer suporte em eventos diversos.

Quanto à manutenção de sua frota, o Município conta com diversos profissionais entre mecânicos, funileiros, borracheiros, soldadores, pintores, eletricitas e lavadores de cano, que atuam na manutenção de todos os veículos da frota municipal, de todas as secretarias. Além disso conta, ainda, com disponibilização de resgate, 24 horas.

Na Garagem Municipal de Praia Grande, são realizados todos os serviços de mecânica, pintura e manutenções gerais nos veículos da Prefeitura.

Com a característica de cemitério-parque, o Cemitério Municipal Morada da Grande Planície possui 31.589,19m² de gramado, que compreendem 8.426 lóculos, 2.373 ossuários e quatro salas de velório. Para atender a demanda do Município, são construídos novos 540 lóculos a cada ano, além de estar prevista a construção de um cemitério vertical no quadrilátero do terreno.

A Prefeitura conta também com um contrato de serviços funerários vigente, que



contempla serviços como fornecimento de umas mortuárias; remoção de cadáveres, ossadas e membros, exclusivamente em carros funerários; preparação de corpo na uma; suporte para umas; suporte para coroa de flores; realização de velório; manutenção das salas velatórias, sanitários e demais dependências utilizadas pela concessionária para prestação dos serviços; atendimento assistencial ou serviços administrativos junto às repartições públicas e fornecimento gratuito de 40 urnas mensais para atendimento da população sem recursos e indicados pela Secretaria de Assistência Social do Município.

O convênio com a OSAN também auxilia no atendimento ao Município. A unidade, localizada na Rua Maria do Carmo Ferro Gomes Ornellas, nº 82, Vila Antártica, próximo ao Cemitério Municipal, possui ampla recepção, atendimento privativo, seis salas de velório devidamente equipadas, suítes, ambientes climatizados, espaço ecumênico, floricultura, jardins verticais internos e externos.

Atualmente o Município conta com 30.474 pontos de iluminação pública em logradouros (IPL) e 9.978 pontos de luminárias ornamentais (LO), totalizando 40.452 pontos divididos entre as concessionárias CPFL e Elektro.

A manutenção e conservação dos pontos de IPL é realizada através de empresa terceirizada pela municipalidade e engloba todas as ruas e avenidas do Município. Já a manutenção e conservação dos pontos LO, que são praças, parques, viadutos e calçamento é realizada pela Secretaria de Serviços Urbanos.

Estão sendo realizados projetos para expandir a iluminação nas Av. Diamantino Cruz Ferreira Mourão; Av. Dr. Roberto de Almeida Vinha; nas ruas do Conjunto Habitacional do bairro Imperador; entre outras ruas e avenidas do Município, diminuindo assim os pontos escuros existentes.

É pretendido substituir ao longo dos anos todas as luminárias de Vapor de Sódio e Vapor Metálico por Luminárias de LED, tendo como vantagens uma maior eficiência, luminosidade e economia para o Município.

A Cidade conta com 169,77 hectares de áreas verdes. São 66,65ha de canteiros ao longo das vias; 48,34ha dentro de Equipamentos Públicos e Próprios Municipais; 37,29 ha de Praças; 6,08 ha de Campos de Futebol e 11,41ha de canteiros na Orla da Praia. São dois Parques Lineares (Samambaia e Canal Gilberto Fouad Beck) e um Parque da Cidade; um Orquidário Municipal com aproximadamente 8.000 espécies de orquídeas e a Área de Lazer Ézio Dall'Acqua (Portinho).

Para a realização dos serviços, a Secretaria de Serviços Urbanos conta com 147 funcionários que, divididos em três setores, fazem a manutenção de todas as áreas da cidade, executando poda, plantio, jardinagem e roçagem de grama. Além disso, o



Viveiro Municipal está preparado para o recebimento e recuperação de mudas e espécimes a serem utilizados nesta manutenção. São 02 caminhões Truck; 02 retroescavadeiras; 01 mini retroescavadeira; 03 caminhões pipa e 05 caminhões de limpeza, além de motosserras; motopodas e outras ferramentas que auxiliam a execução dos serviços.

Mais além, o Município possui 22,5 km de Orla, com 11,41ha de áreas verdes, compreendidas em canteiros, praças e equipamentos (conviver; espaços kids, escolas de surf) que transformam a extensão em espaços de convívio, práticas esportivas e lazer. A manutenção, neste caso, além das áreas verdes, contempla a conservação do mobiliário urbano (bancos, lixeiras e banheiros químicos) e a limpeza urbana do calçamento, com roçagem e varrição. No último ano, foram revitalizados todos os canteiros compreendidos entre os bairros Mirim e Solemar, contemplando assim todos os canteiros da orla da cidade com projeto paisagístico.

Para a constante melhoria do ambiente urbano, a SESURB prevê o plantio de 5.000 árvores por ano. Para tanto, a Secretaria conta com 04 caminhões Munck que atuam auxiliando no plantio, poda e remoção dos espécimes arbóreos.

Buscando o embelezamento do ambiente urbano no que diz respeito às áreas verdes, encontra-se em fase de execução a reurbanização de praças temáticas, além de estar em elaboração um estudo para implantação de gramado nas margens da Rodovia Governador Mário Covas entre os bairros Maracanã e Solemar.

Quanto as demais obras de infraestrutura, em 2020 foram realizadas a conclusão da remodelação do viário da Av. Pres. Castelo Branco, no trecho entre as ruas Dr. Roberto Shoji e Londrina; as obras de revitalização do Centro Expandido do Bairro Boqueirão (fase complementar), dando continuidade aos trabalhos de revitalização do sistema viário do entorno da Avenida Pres. Costa e Silva; e modernização das praças Roberto Andraus, no Bairro Ocian e a Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Caiçara.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

O Município procura garantir o exercício da cidadania e a ampla participação da comunidade na tomada de decisões sobre temas de interesse da coletividade.

Quanto à participação da comunidade nas discussões dos temas de interesse coletivo, bem como a promoção de atividades de capacitação para a população, foi inaugurada no início de 2017, a Casa dos Conselhos, um importante instrumento previsto no Plano Diretor como um espaço de cidadania e fórum de discussão sobre a cidade, dando suporte administrativo e físico aos conselhos do Município. Os conselhos são organizações compostas por representantes da sociedade civil e do



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

poder público, estreitando a relação entre o Município e a sociedade. A partir deles são formuladas as políticas públicas municipais, garantindo uma sociedade na qual a cidadania passa a ser uma realidade.

A interface direta com a população se dá por rito formal, por meio de audiências e consultas públicas e, de maneira informal, por meio dos setores administrativos que tratam rotineiramente da interlocução com a população junto à comunidade e às associações de moradores.

Em 2020 foram realizadas na Casa dos Conselhos 60 reuniões para os 24 conselhos ativos, dentre elas:

Conselho	Nº de Reuniões
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	1
Conselho Municipal de Assistência Social	10
Conselho da Educação	8
Conselho Municipal de Assunto de Pessoa Portadora de Deficiência	4
Conselho Municipal de Turismo	1
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	-
Conselho Municipal da Criança e Adolescente	8
Conselho Municipal de Idosos de Praia Grande	2
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb	3
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	2
Conselho Municipal do Fundo de Meio Ambiente	2
Conselho Municipal de Saúde	12
Conselho Municipal de Defesa Civil	-
Conselho de Esportes	-
Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional	-
Conselho Municipal Gestor do Fundo Municipal de Habitação	1
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	-
Conselho Comunitário Segurança Norte Praia Grande	2
Conselho Municipal da Juventude	-
Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial	3
Conselho Municipal Antidrogas (em reestruturação)	-
Conselho de Saneamento Básico	1
Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos	-
Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda de Praia Grande	-
TOTAL	60



Além disso, a administração disponibiliza em seu sítio na internet, diversas formas de divulgação e comunicação, como por exemplo, consultas públicas sobre planejamento e orçamento e ainda a Ouvidoria Municipal, que recebe pedido de informações, denúncias e reclamações por telefone, internet, aplicativo específico e ainda atendimento presencial. No ano de 2020 a Ouvidoria Municipal recebeu 33.278 manifestações.

As informações sobre as ações da administração pública estão disponíveis para consulta de qualquer interessado por meio do Portal da Transparência, disponível na internet.

Em relação à transparência passiva, o canal de atendimento da Prefeitura é o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que também possui sua versão eletrônica, o Serviço Eletrônico de Protocolo de Pedidos de Acesso à Informação Pública (e-SIC).

O e-SIC é um canal exclusivo para registro de pedidos de documentos, dados e informações públicas, com base na Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, regulamentada em âmbito local pelo Decreto nº 6.328, de 27 de novembro de 2017.

Criado em 2013, o e-SIC é o canal oficial para o registro de pedidos de informação na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande. Ele permite o cadastro de solicitantes como pessoa física e pessoa jurídica, traz mecanismos de consultas aos pedidos, permite o registro de recursos às respostas oferecidas e faz a contagem dos prazos automaticamente. No ano de 2020 o e-SIC recebeu 423 solicitações.

Em 2020 foram realizadas 7 audiências públicas e 2 consultas públicas, sendo adaptadas para atender aos protocolos sanitários devido à pandemia, dentre elas: A Audiência Pública que refere-se à Lei Orçamentária Anual (LOA), destacando do PPA os investimentos e gastos prioritários que deverão compor a LOA e definindo as regras e normas que orientarão a elaboração do orçamento para o ano seguinte.

Também foi realizada Audiência Pública para Concessão do Serviço de Transporte Coletivo, com a finalidade de ouvir e entender às demandas e necessidades da população. A nova licitação que será realizada para a concessão do serviço terá vigência de cinco anos, compreendendo o período entre 2021 e 2025 com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos.

As audiências públicas para apresentar à população dados de serviços, ações e projetos municipais prestados na área da saúde são apresentados quadrimestralmente.

Segue abaixo listagem das audiências e consultas à população realizadas em 2020:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Audiência Pública

Tema	Tipo	Data
Orçamento	Audiência Pública - Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) 2021	27/04/2020
Orçamento	Audiência Pública – LOA 2021	08/10/2020
Orçamento	Audiência Pública – LOA 2021	09/10/2020
Saúde	Prestação de contas 3º Quadrimestre 2019	17/02/2020
Saúde	Prestação de contas 1º Quadrimestre 2020	27/05/2020
Saúde	Prestação de contas 2º Quadrimestre 2020	29/09/2020
Transporte	Audiência Pública - Concessão do Serviço de Transporte Coletivo	08/06/2020

Consulta Pública (presencial ou eletrônica)

Tema	Tipo	Data
Orçamento	Elaboração LOA 2021	02/04/2020 a 16/07/2020
Transporte	Concessão do Serviço de Transporte Coletivo	08/06/2020 a 30/06/2020

A Subsecretaria de Ações de Cidadania tem como natureza principal de suas atividades o estreitamento dos laços da população com a gestão municipal. Por consequência da pandemia suas atividades foram prejudicadas, no entanto, em 2020 alguns atendimentos foram feitos através de videoconferências, dentre eles reuniões com associações de bairro e líderes comunitários, além de alguns conselhos municipais que continuaram ativos de forma remota.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

A elaboração e revisão dos planos setoriais é acompanhada pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que preza pela compatibilidade entre os mesmos e o Plano Diretor do Município.

O sistema de informações para o planejamento é atualizado rotineiramente e está disponível para consulta de todos os funcionários na rede interna da prefeitura. O mesmo se encontra em fase de modernização, para que as informações passem a ser disponibilizadas em dados e mapas georreferenciados, com consultas dinâmicas e atualização direta das secretarias competentes.

O GeoPG, uma ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Praia Grande, segue disponibilizado para a população. Nela podem ser consultados os dados de todos os logradouros, indicadores de infraestrutura, como redes de abastecimento de água e de esgoto, terminais de transbordo e Ecopontos,



informações sobre mobilidade urbana, como as vias hierarquizadas e linhas de ônibus, pontos de parada e terminais de passageiros. Tudo centralizado em apenas um local e disponibilizado na internet.

Para manter unificadas e atualizadas informações do Município, que poderão ser utilizadas pelas equipes técnicas de diferentes secretarias municipais, a Secretaria está desenvolvendo uma série de cadastros em programa de computador fundamentado em georreferenciamento, com base em restituição aerofotogramétrica (fotografia aérea executada para fins de mapeamento).

O programa, criado utilizando softwares de uso livre, conta com diversas camadas (layers) sobre uma base com fotos aéreas e de satélite, onde é possível cadastrar, alterar e filtrar dados sobre equipamentos municipais, mobiliário urbano e itens urbanos.

Além dos cadastros de Árvores, Sinalização e Macrodrenagem – entregues em 2019 –, em 2020 foram entregues às secretarias os cadastros de Lotes, Ocorrências Ambientais, Postes e de Saúde.

O Município atuou ainda desenvolvendo o Portal do Coronavírus, disponibilizando informações e orientações a respeito do assunto, contando inclusive com a divulgação dos boletins epidemiológicos e relatórios com base em geoprocessamento, contendo informações especializadas dos casos e diversos gráficos e tabelas complementares.

A elaboração da planta cadastral do Município e a revisão do cadastro imobiliário estão em andamento e o resultado deverá estar contido no sistema de informações integrado.

Os assuntos de aspecto multidisciplinar são tratados em reuniões específicas conforme demanda, onde se promove a articulação entre as diversas políticas e soluções integradas para as questões da cidade.